



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1371/07	DATA: 29/8/2007
INÍCIO: 12h	TÉRMINO: 16h26min	DURAÇÃO: 4h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h36min	PÁGINAS: 109	QUARTOS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ESDRAS BARROS - Coordenador de Prevenção e Emergência da INFRAERO.
AGNALDO MOLINA ESTEVES - Profissional de Serviço Aeroportuário da INFRAERO.

SUMÁRIO: apreciação de requerimentos. Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
A reunião foi suspensa e reaberta.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Declaro aberta a 45ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as causas, conseqüências e responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800, da Gol (vôo 1907), e um jato Legacy, da American ExcelAire, com mais de uma centena de vítimas.

Ordem do Dia.

Esta reunião ordinária foi convocada para apreciação de requerimentos e, às 13h, para tomada de depoimento dos Srs. Esdras Barros, Coordenador de Prevenção e Emergência da INFRAERO, e Agnaldo Molina Esteves, Profissional de Serviço Aeroportuário da INFRAERO.

Antes de passarmos à apreciação dos requerimentos, eu gostaria de fazer a seguinte comunicação. Nós recebemos agora da Taquigrafia a degravação de todos os diálogos ocorridos na Torre entre os dias 16 e 17, quer dizer, o dia do acidente e o dia que antecedeu o acidente. E essa degravação foi um trabalho muito intenso aqui do nosso setor de Taquigrafia, que trabalhou o final de semana, trabalhou fora do expediente.

Então, eu quero aqui aproveitar a oportunidade para dar os agradecimentos em nome da CPI e parabenizar o Departamento de Taquigrafia por esse trabalho extra, espontâneo e de boa vontade que fez. (*Palmas.*)

Faço esse agradecimento no nome do José Oliveira Anunciação, Diretor do Departamento, da Cláudia Almeida, Chefe do Núcleo de Registro em Comissões, e de todos os outros membros desse Departamento, que fizeram esse trabalho tão importante para a nossa CPI. Manifesto o nosso agradecimento pela sua eficiência, pela sua competência e pelo esforço que eles despenderam para fazer esse trabalho. Muito obrigado.

O nosso Relator também gostaria de falar.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Só em um minuto, Sr. Presidente, eu queria também agradecer aqui à Taquigrafia da Casa, que nos tem acompanhado todos os dias, desde o início da CPI, aqui fazendo o trabalho de registro das informações, dos nossos debates, das nossas discussões — e com agilidade.



Quase 3, 4 dias depois, já estão todos os nossos trabalhos na Internet registrados. E estão sendo utilizados inclusive para a produção do relatório final.

E este trabalho, Sr. Presidente, foi um trabalho que nós pedimos extrapauta, fora das tarefas da Casa. Tiveram que trabalhar no final de semana para fazer a degravação destas conversas da Torre de Controle com os pilotos durante o dia 16 e o dia 17.

Então, só queria fazer esse registro da importância e do comprometimento aqui da Taquigrafia da Casa em realizar este trabalho, por intermédio do nosso Diretor e dos funcionários, que têm trabalhado aqui diuturnamente para contribuir com os trabalhos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Outra coisa que eu gostaria de dizer a V.Exas. é que nós temos hoje depoimento às 13h. Então já perdemos uma hora, pela questão do *quorum*. Essas 2 pessoas que vêm depor hoje aqui são as mesmas que vieram na semana passada, e, como a audiência com a Denise Abreu demorou além do tempo previsto, não foi possível fazer audiência com eles. Então eu entendo — acredito que V.Exas. estão de acordo — que seria uma descortesia dobrada se nós não os ouvíssemos hoje no prazo pelo menos próximo daquele que foi marcado.

Então pediria aos senhores membros da Comissão agilidade aqui na aprovação dos requerimentos. Aquilo que não precisar ser encaminhado a gente aprova, para podermos aprovar o maior número de requerimentos. Nós estamos chegando ao final da nossa CPI. Depois V.Exas. devem ter enviado, e quem não enviou envie as sugestões para as futuras audiências, e nós vamos nos reunir para, com base nisso, já marcar até o dia 15 de setembro as audiências que virão.

Feito isso, nós vamos passar à deliberação dos requerimentos.

Em primeiro lugar, eu quero informar também que, com base no art. 164 do nosso Regimento Interno, inciso II, §1º, eu declaro prejudicado o Requerimento nº 621/07, constante do Item nº 39 da pauta, tendo em vista que esta CPI já rejeitou o Requerimento nº 529/07, de mesmo teor, que é a convocação do Diretor da ANAC, do Sr. Leur Lomanto. Como nós já rejeitamos o requerimento, pelo nosso Regimento não é possível aprovar um requerimento que tem o mesmo teor, convocando a mesma pessoa. Em função disso, eu declaro prejudicado este Item nº 39 da pauta.



Deputado Rocha Loures.

O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - Sr. Presidente, para uma consulta rápida. Não se aplicaria o mesmo critério ao requerimento seguinte, o Item nº 40, o 622/07, pela mesma razão? Não está prejudicado também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pode ser. *(Pausa.)* Sr. Francisco. *(Pausa.)* Qual é o item?

O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - O Item nº 40, Sr. Presidente. Acho que se aplica também aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Rocha Loures, nós vamos verificar se há um requerimento já rejeitado nesse sentido.

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, eu acho que esse é o embate da reunião hoje. Ao apresentar esses 2 requerimentos, é evidente que nós tínhamos consciência de que um pedido de convocação dos 2 diretores da ANAC havia sido rejeitado. Porém, há um fato novo e relevante. Qual é? Pela legislação, todas as decisões da Agência se dão por colegiado. E quando a Dra. Denise Abreu aqui esteve, ela disse que compareceu diante da Justiça Federal de São Paulo por decisão do colegiado, fato este que foi negado, na véspera, pelo então Diretor Coronel Jorge Velozo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Portanto, há um fato novo. E como complemento a este pedido, insisto que nós estaremos cometendo uma desigualdade e uma injustiça na CPI. Ouvimos 3 diretores, inclusive o Presidente da ANAC, por 2 vezes, e, sem entender por qual razão, deixamos de ouvir os outros 2. Então peço a V.Exa., se possível, reconsiderar, ou esse será o quarto recurso a ser proposto contra decisão da Mesa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Em que pese à exposição meritória do Deputado Gustavo Fruet, veja bem: qual é o nosso foco principal? A pseudocrise aérea. Eu acho que a quantidade de informações já prestadas pelos



diretores da ANAC que vieram aqui já é suficiente para permitir ao Relator ter uma visão geral sobre o sistema. Não creio que pormenores que já estão todos elucidados seja necessário repisar constantemente. Todo mundo já conhece que houve um erro, da parte da diretora, de ter sido enviada a norma para a Justiça, a norma que não tenha sido aprovada. Já está reconhecido esse erro. E não sei por que, não há razão de repisar situações já totalmente ultrapassadas, já vencidas. Por essa razão, sou contrário a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu tenho a informar ao Deputado Gustavo Fruet que a decisão já foi tomada e que eu posso até concordar em parte ou até *in totum* com os argumentos de V.Exa. Mas a questão aqui, Deputado Gustavo Fruet, não é de mérito, a questão é formal, a questão é regimental. Então eu sou obrigado, como todos nós somos, a cumprir o Regimento Interno. E o que estou fazendo é cumprir o Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, então, só para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - É matéria vencida.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, por favor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Só peço então, como questão de ordem, que V.Exa. receba como fato novo, como fundamento do pedido. Então, V.Exa. indeferindo esse pedido de questão de ordem, peço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. traz um argumento novo nessa questão do fato novo, que aí eu preciso de um prazo para poder me reunir com a assessoria, discutir. Mas hoje nós não vamos mais votar, porque a deliberação foi tomada. Agora...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, só a resposta em relação ao questionamento do Deputado Rocha Loures, em relação ao Barat, ao Item nº 40.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu mandei levantar...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Só um segundinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Não podemos criar um critério de injustiça, de fato e de exceção. A CPI não faz exceção. Nós votamos. Eu sou



contrário à convocação do Barat, do Leur, mas desde que isso seja um critério, porque senão nós vamos fazer uma injustiça, de fato, uma injustiça. Isso fica visível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, Deputado André. O que nós estamos fazendo, nós não estamos decidindo aqui sobre o mérito, sobre a necessidade e sobre a assimetria ou a injustiça de convocar um e não convocar outros. A questão é regimental. Então, o do Sr. Barat aqui nós vamos verificar se houve um requerimento, qual o número do requerimento que foi rejeitada a sua convocação. Se tiver, ele se enquadra no mesmo caso do outro requerimento, do Item nº 39. A questão aqui é só regimental, só formal. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, o Dr. Sílvio, que é o chefe, o poderoso chefão aqui da CPI nessa área regimental, ele acabou de dizer que fato novo pode. E nós vamos perder tempo em passar para outra semana. Como ele está aqui ao seu lado, eu acho que V.Exa. poderia, como sempre fez, consultá-lo, para que a gente não perca tempo, porque nós vamos daqui a 30 dias acabar com esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires, eu já deliberei, eu já decidi: isso é matéria vencida. Não tem mais o que discutir. O que cabe agora é recorrer da minha decisão, apresentar um outro requerimento, se o entendimento mudar. Mas eu tenho que vir para a CPI com a decisão tomada. A decisão foi essa que a Presidência tomou. Então isso aí já está deliberado, já está decidido. É matéria vencida, não vamos mais perder tempo com isso. Agora, se houver um outro convencimento, eu tiver esse convencimento, o que é que eu vou fazer? Eu vou sugerir então que apresentem um outro requerimento, para a gente marcar outra sessão e aprovar.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Mas existe fato novo, não é? Claro, o senhor sabe que existe fato novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Isso é o que nós vamos discutir. Eu estou tendo a informação agora. Para mim, é o mesmo requerimento, para tratar do mesmo assunto que foi... Porque, inclusive, o requerimento que foi rejeitado, Deputado Vic Pires, é um requerimento genérico, abrange tudo. Então...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Mas, em se tratando da ANAC, abrange tudo mesmo, porque os fatos novos acontecem a cada dia. Mas é porque



V.Exa. está mudando o seu jeito de ser. V.Exa. tem sido de uma outra forma, tem consultado sempre a assessoria da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Como é que V.Exa. prefere?

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Eu prefiro que V.Exa. seja como sempre foi antes da sua doença, porque depois que V.Exa. voltou, V.Exa. voltou totalmente diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - A culpa é da diverticulite. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Então? Mas só pode! Eu estou achando muito estranho nessa sua volta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Sim. Então já foi verificado o Item nº 40. O Requerimento nº 528 também foi rejeitado, e por isso está prejudicado o Item nº 40.

O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - Obrigado pelo esclarecimento, Sr. Presidente. Então, conforme eu tinha informação, está prejudicado. Agora, um breve comentário: após o depoimento de ontem, Presidente, parece-me que toda essa Diretoria da ANAC está, digamos assim, em constante avaliação pública e, portanto, também desta CPI. Portanto, estando aqui ou não, ela está onde estiver sob observação.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Também neste ponto, em razão da decisão de V.Exa., tendo por base não só matéria processual, como o princípio do livre convencimento de uma CPI do juiz, lembrando que em matéria constitucional nós podemos ter poderes judiciais, também recorro da decisão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quero fazer coro ao Deputado Gustavo Fruet no recurso a essa decisão da Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Tranquilo. Vamos então iniciar a apreciação dos requerimentos. Tem um requerimento aqui... *(Pausa.)* O Deputado Vanderlei Macris pede preferência para o Item nº 36 da pauta.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Exatamente. Posso justificar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu submeto... Pode, pode encaminhar.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, o requerimento a que nós estamos solicitando preferência é o requerimento da convocação do Gerente de Padrões de Avaliação de Aeronaves da ANAC, o Sr. Gilberto Schittini.

Entendo, Sr. Presidente, que é da maior importância para esta Comissão que seja feita uma convocação rápida, porque ele afirmou, com uma clareza extraordinária, que ficou surpreso quando a Dra. Denise, ex-Diretora, disse que a norma não valia e que essa norma de aviação civil proibia, sim, o pouso de aviões com reverso e freio instalado pinado. Então a motivação dessa preferência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nós vamos votar só a preferência...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Depois nós vamos votar o requerimento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu queria só justificar, Sr. Presidente, a importância para esta Comissão de esclarecer esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, em votação o pedido de preferência...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - N^{os} 36 e 37, então, em conjunto, Sr. Presidente, porque é o mesmo tema. Se for fazer a preferência do n^o 36, também inclui o n^o 37.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito. Então, o n^o 36 e o n^o 37 pela preferência.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovada a preferência.

Pronto. Então nós vamos inseri-lo após o Item n^o 6, que é quando entra... vai passar a ser o primeiro item do grupo aqui de requerimentos de convocação.

Então vamos aos requerimentos de informação.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, solicito que V.Exa. aprecie em conjunto o Item nº 1 e o Item nº 5, como tem sido de praxe nesta Comissão, para ganho de tempo já que não há oposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Perfeitamente, nobre Deputado.

Há sobre a Mesa requerimento extrapauta, de autoria do nobre Deputado Pepe Vargas, e um requerimento extrapauta do Deputado Vic Pires. Como esses requerimentos requerem votação nominal, eu acho que nós podemos deixar para um momento mais oportuno, porque senão fica... corre o risco de a gente não aprovar nada aqui.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Acho que tem...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Tem *quorum* suficiente? Pois então vamos solicitar aos Srs. Parlamentares que permaneçam aqui, porque, com uma votação nominal dessa daí, se não tiver *quorum*, cai a sessão. Vamos votar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Acho que a gente podia esperar um pouquinho mais, se corre o risco de cair a sessão. Vamos apreciar as informações, a preferência, e em seguida V.Exa. coloca. Só para não...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Deputado Eduardo, não tem número? Se tem, vamos matar logo isso. Se já tem número...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Ah, tem número?

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O.k. Então vamos ao requerimento do Deputado Pepe Vargas. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, considerando a instalação da Subcomissão Especial desta CPI com o objetivo de discussão sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, requer, nos termos regimentais e consultado o Plenário desta Comissão, sejam realizadas audiências públicas por parte da Subcomissão Especial, conforme segue: dia 23/8/2007, às 9 horas, Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.



Item nº 2, dia 4/9/2007, às 9 horas, Instituto Tecnológico da Aeronáutica — ITA, CEPTA — Instituto Brasileiro de Estudos Estratégicos e de Políticas Públicas em Transporte Aéreo, e o PROCON de São Paulo.

Item nº 3, dia 4/9/2007, 14 horas, SNEA - Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Associação Brasileira de Empresas de Transportes Aéreos Regionais — ABETAR.

Item nº 4, dia 5/9, às 9 horas, Ministério da Defesa, ANAC, INFRAERO, Comando da Aeronáutica, Agências do Trade Turismo, Associação Brasileira de Agências de Viagens, Associação Brasileira da Indústria Hoteleira, e BITO — Associação Brasileira do Turismo... Receptivo — porque a letra do nosso Pepe Vargas parece letra de médico — e a ABRAJET — Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo.

Sala das Comissões, Deputado Pepe Vargas.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, faço uma consulta ao requerente. Parece-me que não consta aí alguma entidade de consumidor.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Tem o PROCON.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Tem o PROCON ali? Não escutei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito. Então vamos fazer a votação nominal para inclusão na pauta.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Presidente, só para justificar uma questão rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, é só para inclusão na pauta. Depois é que vai ser votado o requerimento.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Está o.k.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, não há possibilidade de a gente votar em conjunto, ver o teor do outro requerimento e fazer... para não ter que ter 2 nominais? Acho que não há problema regimental para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Se estiverem todos de acordo, não houver nenhuma exceção...



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não há problema, não. Nós concordamos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires... Perfeito. Então vou... o outro requerimento. *(Pausa.)* Não, aqui é o mesmo, rapaz. É o mesmo requerimento. Cadê o outro requerimento?

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - O autor está aqui. Quando eu digo que a perseguição é implacável do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Tinha de ser do Vic Pires, não podia ser de outro. *(Risos.)*

Então, requerimento de autoria do Deputado Vic Pires Franco solicita a convocação do Sr. Marcos Tarcísio Marques dos Santos, Superintendente de Segurança Operacional da ANAC.

Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., com base no artigo tal, da Câmara dos Deputados, a convocação do Sr. Marcos Tarcísio Marques Santos, Superintendente de Segurança Operacional da ANAC, para prestar depoimento a esta CPI, criada para investigar as causas e conseqüências...

Bom, vamos votar a inclusão dos 2 requerimentos em pauta.

Em votação.

Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Beto Mansur; Deputado Carlos Zarattini; Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado José Carlos Araújo; Deputado Leonardo Quintão; Deputado Marcelo Castro, "sim"; Deputado Marco Maia.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Nelson Meurer; Deputado Paes Landim; Deputado Pepe Vargas; Deputado Wladimir Costa. Bloco PSDB/DEM/PPS, Antonio Carlos Mendes Thame; Geraldo Thadeu; Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Solange Amaral; Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Fale no microfone, para ficar registrado. Vic Pires Franco. Vic Pires...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vitor Penido; Dr. Ubiali; Osmar Junior; Wolney Queiroz; Fernando Gabeira; Luciana Genro.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Carlos Willian; Edson Santos; Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Fátima Pelaes; Filipe Pereira; Léo Alcântara.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Luiz Fernando Faria; Nelson Pellegrino; Rocha Loures.

O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Sabino Castelo Branco, Sandes Júnior, Arnaldo Jardim, Carlos Sampaio, Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Rodrigo de Castro, Silvinho Peccioli, Sérgio Brito, Silvio Costa, Fábio Ramalho, Ivan Valente, Miguel Martini.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15. Então, estão incluídos em pauta os 2 requerimentos.

Vamos então aos requerimentos de informação. Os Itens de nºs 1 a 5.

Para encaminhar esses requerimentos...



Não havendo quem queira encaminhá-los, em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como estão.
Requerimentos de diligência. (*Pausa.*)

Então, aprovados os requerimentos de Itens nºs 1 a 5.

Requerimentos de diligência.

Item nº 6 da pauta.

Requerimento nº 608/07, de autoria do Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, esse requerimento do Deputado Carlos Willian, ele é prejudicado pelo requerimento de convocação que tem na própria pauta da mesma desembargadora. Se nós porventura aprovarmos a convocação, esse requerimento, Item nº 6, ele perde sentido. Então pediria a V.Exa. que deixasse para apreciação no fim, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Em suspenso? Perfeito. Procedente, muito procedente, Deputado Eduardo Cunha, como sempre. Então vamos suspender, deixar em suspenso o Item nº 6, e, se for aprovada a convocação da desembargadora, perde o sentido.

Agora vamos aos requerimentos de convocação.

Em razão da inversão de pauta, a pedido de preferência do Deputado Vanderlei Macris, vamos votar conjuntamente os Itens nºs 36 e 37 da pauta, que tratam...

Requer a convocação do Sr. Gilberto Schittini para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre declarações prestadas ao Jornal *O Estado de S.Paulo*, segundo as quais a norma divulgada em 31 de janeiro no *site* da ANAC proibia o pouso de aviões com reverso travado sob chuva em Congonhas, e que ficou surpreso quando a ex-Diretora Denise Abreu disse que a norma não valia.

Para encaminhar os Requerimentos nº 36 e 37, Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, veja bem, norma só é válida quando ela cumpre as suas formalidades, e foi já sabidamente conhecido aqui pela Comissão que essa pseudonorma, na verdade, estava para consulta. Então a norma que vale é a norma anterior. Ela tem um número aí, IS... 140, 121. É essa que está em vigor. Como é que vamos trazer alguém aqui para discutir uma norma que não valia? O que vale hoje é essa norma. Até que seja



revogada a norma existente, não há nenhuma outra vigorando. Vamos discutir aqui especulações. Vamos discutir coisa que não tem nenhuma validade no mundo jurídico. Então sou contrário aí a essa convocação para discutir algo que não existe. Por isso que eu respeito o nosso bravo Relator, que também faz parte da mesma seara, mas, pela lógica jurídica, não há o que discutir coisa que seja inválida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Valverde encaminhou contrário à aprovação do Itens nºs 36 e 37 da pauta.

Deputado Miguel Martini.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, não há ninguém que até este momento possa assegurar que aquela norma é válida, não é válida, se havia ou não havia essa proibição. Uma declaração de um técnico como esse da ANAC é fundamental para nos ajudar nos esclarecimentos. As coisas aqui parece que ficaram em torno da Dra. Denise Abreu. Nós estamos tratando de uma Agência Nacional de Aviação Civil, nós estamos tratando de um acidente que ainda não tem nada concluído. Então é fundamental a convocação desse Sr. Gilberto Schittini, até porque isso pode mudar e até responsabilidades podem ser atribuídas. Então, sou favorável a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vou conceder a palavra ao Deputado...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - ...Vanderlei Macris, para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, surpreende-me a manifestação do Deputado Valverde, quando se coloca na condição de um conhecedor profundo dessas condições técnicas em que se deram o acidente. Eu queria sugerir a S.Exa. que nós, conjuntamente, tivéssemos um pouco mais de atenção. E essa atenção poderíamos ter com essa sugestão que fazemos de convocação do Sr. Gilberto Schittini, até porque, Sr. Presidente, ele é um técnico e gerente de Padrões de Avaliação de Aeronaves da ANAC. Ele é gerente de Padrões de Avaliação. Tem uma experiência extraordinária. Não fosse por isso, pelos *e-mails* trocados, Sr. Presidente, quando ele disse claramente que tinha que consultar as



empresas aéreas para fazer valer norma, para não fazer valer... Quer dizer, ele vai nos dar efetivamente essas informações técnicas aqui.

Então, eu queria fazer um apelo ao Deputado Valverde, que se posicionou contrário, para que nós tivéssemos oportunidade de aprofundar um pouco mais, até porque nós não somos *experts* nessas avaliações e, portanto, para nós, a presença dele é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires, para encaminhar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento, o Relator já pediu a palavra, aí completam os 4. Tem que ser o Vic Pires, não pode ser...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Sr. Presidente, na verdade, um dos temas sobre os quais esta CPI está se debruçando, neste momento, é a análise sobre o trabalho, sobre o comportamento da ANAC, sobre os temas relativos a esta resolução, os temas relativos ao comportamento... Nós temos aqui um depoimento também da juíza que recebeu este documento como válido lá em São Paulo. Enfim, nós temos outros depoimentos aqui que vão na mesma linha de investigar a veracidade, a validade e a consequência gerada por aquela IS, que em um determinado momento é verdadeira, no outro, deixa de ser verdadeira; que diretores declaram que não é verdadeira, outros vêm à tona declarar que ela tem validade — aquele documento.

Então, eu coloco este depoimento do Sr. Schittini entre os depoimentos mais esclarecedores que nós teremos em relação a esta matéria e a esta norma que ora era verdadeira e ora não era verdadeira. E, portanto, como nós estamos investigando essa matéria, pela importância que ela tem — inclusive nós tivemos acesso a uma ata que trazia já, lá no dia 13 de dezembro, a preocupação em relação ao Aeroporto de Congonhas —, eu acho que esta CPI não pode, em momento nenhum, se furtar em falar sobre Congonhas. Nós vamos ter que apresentar recomendações sobre o Aeroporto de Congonhas, sobre o tratamento



àquele aeroporto, sobre o trabalho realizado pela INFRAERO, pela ANAC, por outras empresas em relação àquele aeroporto especificamente. Este depoimento do Dr. Gilberto Schittini é um depoimento, na minha avaliação, importante, tanto que este Relator o apresentou enquanto decisão a ser tomada por esta CPI.

Então, queria fazer a defesa da aprovação deste requerimento, pedindo, inclusive — eu acho que este é um requerimento que nós podemos aprovar de forma unânime aqui, sem que haja problemas entre nós aqui —, ao Deputado Eduardo Valverde que acate o pedido deste Relator para a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Bom, findados os encaminhamentos, vamos, então, pôr em votação o requerimento.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados os Itens 36 e 37 da pauta.

Vamos...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Agradecer de público aqui a sensibilidade do Deputado Eduardo Valverde, que sempre tem contribuído bastante para os trabalhos desta CPI. É um dos Deputados sempre presentes aqui na CPI, debatendo, discutindo e reafirmando as suas convicções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vamos ao Item 7 da pauta, pedindo aos Srs. Parlamentares que agilizemos a votação, porque temos audiência hoje à tarde.

Então, o Item 7 da pauta é o Requerimento nº 348/07, de autoria do Deputado Efraim Filho e outros, que “solicita a convocação do Sr. Fernando Brendaglia de Almeida, funcionário da INFRAERO, para prestar depoimento nesta CPI”.

Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, pelos motivos que nós já debatemos muito nesta Comissão, eu vou encaminhar contrário do Item 7 ao Item 12. V.Exa., como democrata que é... são requerimentos que estavam no bojo de outros requerimentos daquela época, V.Exa. colocou, pautou, para que a Comissão delibere, não haja qualquer situação, mas nós já deliberamos essa situação com relação a vários requerimentos da INFRAERO.



Então, pelo mesmo sentido, nós vamos votar contra do 7 ao 12, mas vamos votar favoravelmente à convocação do Presidente da INFRAERO, aí sim, para que ele venha aqui, por requerimento do próprio Relator, e se daí, do depoimento dele, surgir a necessidade de ouvir qualquer outro funcionário, aí sim, nos manifestaremos favoravelmente.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, também em bloco, talvez seja...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Como?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Não, já me antecipando com relação aos demais requerimentos que tratam do mesmo tema.

Ontem o Ministro da Defesa ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, não são sobre o mesmo tema, não. É o mesmo autor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Da INFRAERO.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - INFRAERO, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas, enfim, com relação ao Item nº 7, Presidente, ontem o Ministro da Defesa foi taxativo quando deu as razões da substituição do Presidente da INFRAERO, o critério para substituição dos diretores, e a formação de uma equipe, com a Controladoria-Geral da União, para investigar uma série de denúncias com relação à empresa, quer seja sobre sobrepreço, quer seja sobre a necessidade de estabelecer padrões, quer seja com relação aos procedimentos adotados nesse período.

A CPI, mais uma vez, está deixando de cumprir o dever de investigar. Temos o poder de investigar, mas a CPI tem o dever de investigar. Temos a capacidade de ouvir um Ministro que adota medidas que a CPI, em vários momentos, rejeitou, quer seja pela forma, quer seja pelo mérito, mas, mais uma vez, nós estaremos deixando de cumprir o papel desta Comissão, de ouvir pessoas que, em algum momento, foram responsáveis por medidas que geraram polêmica, independentemente de terem gerado alguma irregularidade que já está sendo objeto de investigação.



É importante ouvir o atual Presidente da INFRAERO. Não temos muito mais tempo. Eu conversava antes da reunião com o Relator para, se for possível, estabelecer uma agenda para as próximas 2 semanas. Mas também, neste caso, vamos encaminhar favorável a todas essas convocações referentes à INFRAERO, bem como com relação à ANAC, porque se estabelece uma contradição: nós ouvimos o Ministro, ouvimos diretores, mas estamos criando barreiras e caráter seletivo nessas convocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira encaminhar, em votação.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar, mas eu gostaria de pedir à Mesa que me entregasse aqui o teor do requerimento completo, porque não está aqui. Só está aqui o espelho. Estou sem a pauta aqui completa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O Item 7.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Esse do Item 7... porque eu acho que o autor é o mesmo, o órgão é o mesmo, mas cada requerimento tem o seu motivo, tem a sua motivação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Então, acho que deveríamos, no mínimo, ver qual é o motivo de cada um aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, nós vamos votar separadamente cada requerimento.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Não, eu sei disso, mas a gente tem que saber por que, por exemplo, ele está chamando o Sr. Fernando Brendaglia, por que está chamando o Sr. Roberto Spinelli. Acho que a gente está se antecipando achando que tudo está fora de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Peço à Secretaria que providencie o requerimento. V.Exa. não tem a cópia do requerimento aí?

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Acabou de chegar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Ah, sim.



O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Acabou de chegar, emprestado pelo Deputado Macris.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O Deputado Vic Pires está com a palavra.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Mas eu posso ceder, se V.Exa. permitir. Eu posso... enquanto eu estou achando aqui o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Está em ordem.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a permissão do Deputado Vic Pires, pode.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Só um argumento, Deputado Vic Pires. O Deputado Efraim não estando aqui e a CPI estando afunilando para o processo de conclusão dos depoimentos — nós temos aqui, do ponto de vista prático, algumas semanas apenas, espaço para 10 depoimentos — seria importante que focássemos em depoimentos mais importantes. O do Presidente da INFRAERO seria de fato importante. Não teríamos espaço para convocar todas essas pessoas, do ponto de vista prático mesmo. Esse seria o argumento que eu faria para... agradecendo o aparte que V.Exa. me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Eu vou votar favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado (Marcelo Castro) - Perfeito. Então vamos colocar em votação o requerimento do Item nº 7.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Vamos ao requerimento do Item nº 8.

Para encaminhar...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, V.Exa. já encaminhou.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Tudo bem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O Deputado Eduardo Cunha já encaminhou a favor e o Deputado Gustavo Fruet já encaminhou...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Já encaminhei contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado (Marcelo Castro) - Ah, é o contrário, o Deputado Eduardo Cunha já encaminhou contra, e o Deputado Gustavo Fruet já encaminhou a favor.

Em votação o Item 8.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Item 9, a mesma situação.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Item 10, a mesma situação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Rejeitado o Item 10.

Item 11.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Item 12.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, por favor. Eu queira uma consulta à Mesa? Eu posso retirar? Porque vamos rejeitar tudo pelo jeito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Estou falando com relação aos requerimentos do Deputado Efraim Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu termino agora o Item 12. Só está faltando um.

Em votação o Item 12 da pauta.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Rejeitado.



Item 13, Requerimento nº 561/07, de autoria dos Srs. Deputados Gustavo Fruet e Otavio Leite, que “requer a convocação Sr. Carlos Ernesto de Campos para prestar esclarecimentos a esta CPI sobre transferência do controle do terminal de cargas do Aeroporto de Cumbica - São Paulo, para o Aeroporto de Ribeirão Preto - São Paulo”.

Para encaminhar o requerimento...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Valverde, encaminhando contrário.

Deputado Miguel Martini.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Eu quero encaminhar favorável, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - ...porque essa questão do transporte de cargas é muito importante e há outras implicações nisso, envolvendo outros aeroportos. Então acho que é fundamental que nós ouçamos o que esse senhor tem a dizer aqui nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, tenho uma dúvida. Pelo depoimento da Dra. Denise, não há terminal de carga em Ribeirão Preto. Vamos votar o quê, se não há terminal de carga em Ribeirão Preto? Não existe. Materialmente não existe terminal de carga. Como é que se vai discutir uma transferência para um terminal que não existe? Qual é a lógica disso aí? É só para fazer polêmica.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Transferência do controle, não é transferência da carga.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sim, mas não existe terminal de carga.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - É transferência do controle. E isso daí não podemos pressupor. Podemos ouvi-lo e tirar as conclusões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Rocha Loures com a palavra.



O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - Não, eu só gostaria, até a propósito do que o Deputado Eduardo Valverde falava, de dizer que aqueles que estiveram presentes à reunião na ANAC, no dia 4 de julho, numa quarta-feira, ouviram, como eu ouvi, que a Dra. Denise, sim, falou sobre essa possibilidade e a Dra. Denise, sim, falou com relação à alternativa de fazer investimento em Ribeirão Preto, o que depois ela negou para a imprensa.

Então, eu não estava lá sozinho, estava lá o Relator, o Presidente, a Deputado Luciana Genro. Então, só para aproveitar a oportunidade, Deputado Eduardo Valverde, para colocar essa... houve sim.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Só para reforçar, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - ...Eduardo Valverde, de novo, aqui, essa questão suscitou muitas dúvidas até no depoimento da Dra. Denise Abreu, nesta Casa, porque primeiro tem o tema das relações da Dra. Denise Abreu com este cidadão, que é o Sr. Carlos Ernesto de Campos. Depois tem também as condições em que foram aprovadas lá a internacionalização do aeroporto de Ribeirão Preto, que ao que tudo indica foi na calada da noite do dia 30 de dezembro de 2002. Terceiro, tem aqui também as informações que são necessárias para desafogar o Aeroporto de Congonhas, e o aeroporto de Ribeirão Preto é um aeroporto importante para esse tipo... pode se transformar num aeroporto importante para esse tipo de situação, ou não, e aí vem a defesa feita pela Dra. Denise Abreu. E tem aqui o Estado de São Paulo, que está também envolvido nesta negociação e nessas tratativas. Nós vamos ter depois aqui requerimentos de diretores, pessoas ligadas ao Estado de São Paulo, que também são importantes, se nós tivermos tempo para analisar isso, porque é uma matéria relevante para se desafogar o espaço aéreo de São Paulo. Então eu diria que vários elementos nos levam a reafirmar a convocação dessas pessoas ligadas, envolvidas a este caso especificamente do aeroporto de Ribeirão Preto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Estou observando aqui e parece que o Item 14 é idêntico. Então nós vamos colocar em votação o Item 13 e o item 14 da pauta.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*



Aprovados os Itens 13 e 14 da pauta.

Item 15, Requerimento nº 563/07, de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Otavio Leite, que “requer a convocação da Sra. Alayde Avelar Freire Sant’Anna, Ouvidora da ANAC — Agência Nacional de Aviação Civil, para prestar esclarecimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo em vista atribuições que tem na referida Agência, bem como sobre diagnóstico elaborado pela Ouvidoria sobre problemas da Agência”.

O requerimento do Item 16 solicita também a convocação da Sra. Alayde Avelar Freire Sant’Anna, da Ouvidoria da ANAC. Então nós vamos colocar ambos em votação.

Para encaminhar os Itens 15 e 16 da pauta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira encaminhá-los, em votação.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados os Itens 15 e 16 da pauta.

Item 17, Requerimento nº 570/07, de autoria do Deputado Edson Santos, que convida os Srs. Eugênio Gouvêa Vieira e João Barbará, Presidente e Vice-Presidente da FIRJAN — Federação das Indústrias do Estado Rio de Janeiro, para apresentar a avaliação da entidade sobre a crise aérea e alternativas, bem como seu ponto de vista sobre a utilização do Aeroporto Tom Jobim, no Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento, Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pela ordem, Deputado Miguel Martini.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - É que foi decidido anteriormente nesta CPI que não seria feita distinção, sempre seria convocação. E aqui está como convite. Então eu gostaria de saber se vai ser como convocação ou como convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nós vamos transformar em convocação.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, pela ordem, rapidamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pela ordem, Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Existe algum preceito legal que rigorosamente obrigue que a terminologia a ser empregada seja tão-somente a da convocação? Existe, ao mesmo tempo, algum preceito legal que impeça utilizar-se a expressão convite? Se não há nenhuma obrigação, nenhum comando legal contrário, por que não deixar o convite?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - É porque em CPI, Deputado — eu ia fazer uma questão de ordem —, não tem convite. Ou ela convoca ou não convoca.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não, ela convoca. Onde diz que ela não pode convidar?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu não conheço convite de CPI. Ainda não vi um caso. Eu diria que é quase um caso inédito.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Certo, que o seja. Se não é ilegal, vale.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas é um precedente perigoso, porque nós vamos começar a discutir aqui, por exemplo, por que nós convocamos o Ministro da Defesa e não vamos convocar o Presidente de uma entidade. Por que nós convocamos o Presidente da INFRAERO...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Desculpe-me, eu estou falando sem ler o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Otavio Leite, isso já foi fruto de discussão.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu sei, Deputado Otavio, é que a gente vai aqui introduzir uma discussão nesse processo para amanhã, e aí, por questão de conveniência e de divulgação, se foi convocado o convidado, vai ser a polêmica das CPIs. Então as CPIs têm um processo de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - E isso já foi decidido no início da CPI. Houve essa discussão, se é convocação, se é convite e tal. Então decidimos para ser tudo convocação. E onde tivesse convite, a gente automaticamente passaria para convocação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Valverde, para encaminhar contrário.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - No tempo que nós temos hoje, 30 dias, sendo que os dias úteis são em número bem menor, acho que ouvir outros atores fora de quem está diretamente envolvido com a pseudocrise, não teríamos muito tempo para poder fazê-lo. Ou seja, na verdade, o melhor seria convidar o... pela proposta do requerente, convidar uma entidade de classe para opinar... Eu acho que essa fase de opiniões de quem está fora já ultrapassamos. Agora temos que ouvir pessoas envolvidas no processo, e não alguém que vai meramente opinar sobre a crise aérea. Eu sou contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito. Então vamos colocar em votação.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, para encaminhar, rapidamente. É apenas uma sugestão. Por que não migrarmos a idéia do Deputado Edson Santos para a Subcomissão que está examinando normas e legislação? Pode ser também, para não ter prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O requerimento nós já aprovamos.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Porque eu acho, enfim, que a FIRJAN teria alguma contribuição a oferecer ao Deputado Edson Santos, que não fez do nada essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Tudo bem. Vamos colocar, então, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 18 da pauta, Requerimento nº 572/07, do Sr. Cândido Vaccarezza, que “requer a convocação do Sr. José Mauro Garcia, então Superintendente do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo — DAESP, para prestar esclarecimento a esta CPI sobre indícios de irregularidades no cumprimento de atribuições legais, mediante o convênio firmado com o Comando da Aeronáutica, através da Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC, para administrar, manter e explorar 31 aeroportos públicos no interior do Estado de São Paulo, especialmente



no que concerne ao planejamento do programa Corredor de Exportação para o Aeroporto Leite Lopes, em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo”.

Está tudo aqui, bem explicado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Para encaminhar contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Item 18 da pauta. Para encaminhar o requerimento, Deputado Miguel Martini.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - É que o primeiro, o 14, poderá dar subsídio para nós, para avançarmos ainda mais. Como nós temos que fazer a escolha de Sofia aqui, eu também sou favorável a que um só, que já foi aprovado... já é suficiente. E a partir dali pode suscitar outras coisas. Do contrário, nós vamos ficar nos debruçando sobre uma questão específica, de um assunto específico de São Paulo, e deixamos de atingir o nosso foco, que é a crise aérea nacional.

O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA - Sr. Presidente, eu quero defender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu vou passar a palavra ao Deputado Cândido Vaccarezza, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA - Sr. Presidente, um dos problemas de que esta CPI tratou, e tratou longamente, a partir da denúncia do brigadeiro, depois desmentida pelo próprio Brigadeiro J. Carlos, foi o problema do Aeroporto de Ribeirão Preto. No Aeroporto de Ribeirão Preto, supostamente tem 3 agentes: um é o empresário citado pelo J. Carlos; outro, a Dra. Denise; e outro, o Governo do Estado de São Paulo, que é quem teria autoridade de tomar a decisão que foi tomada no final de 2002. Então eu acho, como nós já ouvimos a Dra. Denise, acho que nós devemos ouvir o empresário e ouvir também a autoridade, que são os representantes do Governo do Estado à época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento, Deputado Vic Pires Franco.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, eu acompanho o raciocínio do Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito. Deputado Vanderlei Macris.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, tem razão o Deputado Miguel Martini quando sugere que nós vamos começar a ficar atentos a uma questão, não secundária, mas que, com certeza, pode ser avaliada do ponto de vista das informações que já temos. A oitiva do Sr. Carlos Ernesto de Campos, aqui, por esta CPI, deveria preceder qualquer movimento à frente dessa questão. Não tenho nenhuma preocupação com a convocação das autoridades que estão aqui mencionadas na solicitação do Deputado Cândido Vaccarezza, como a presença, nesse requerimento de solicitação, do Sr. Mauro José Garcia, até porque não há nada com que se preocupar, a não ser esclarecer os fatos.

Agora é importante que se dê condições de não se transformar isso numa coisa diferenciada daquilo que foi feito até agora. Houve de parte da base do Governo uma preocupação muito clara em evitar, como disse o Deputado Gustavo Fruet, que nós avancemos em investigação de coisas da INFRAERO importantes. E agora se faz 2 pesos e 2 medidas. Nós não temos nenhuma preocupação em relação a isso. Agora, o que acho que deveria prevalecer era um processo de encaminhamento, sob pena de a gente ficar trabalhando alternativas que fogem um pouco do objetivo principal desta CPI.

Nós somos favoráveis a essa convocação desde que seja ouvido, primeiramente, o Sr. Carlos Ernesto de Campos, que é o empresário cuja aprovação nós já demos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado, essa condicionante que V.Exa. coloca não pode ser recebida, porque nós vamos aprovar os requerimentos conforme eles estão. Então, vou...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pelo menos confiar no discernimento de V.Exa., para que a gente possa dar um tratamento seqüenciado a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Espero que eu não venha a decepcioná-lo, Deputado Vanderlei Macris.

Vamos, então, colocar em votação o Item 18 da pauta.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário do Deputado Miguel Martini.



O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Nessa coisa de discernimento de requerimentos, aquele requerimento do Prefeito César Maia não voltou mais à pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Sras. e Srs. Deputados, nós... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - O Relator ora está apimentado, ora está... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nós temos 55 requerimentos para serem apreciados. Só conseguimos, até agora, apreciar 18. Descontando aqueles 5, de informações, que fizemos em bloco, 13...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Essa era para descontrair só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, eu gostaria de pedir a V.Exas. que a gente pudesse apressar a votação. Está marcada para as 13 horas a audiência com os 2 senhores que, na semana passada, já...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Faltam 3 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - E depois nós ainda temos que fazer um intervalozinho, para comer uma barrinha do cereal do Rocha Loures, ou um sorvete de cupuaçu do Vic Pires. *(Risos.)* Bom, então vamos acelerar.

Item 19 da pauta, Requerimento nº 573/07, do Deputado Cândido Vaccarezza, que requer a convocação do Sr. Dario Rais Lopes, então Secretário de Transportes do Estado de São Paulo, gestão 2003-2006, para prestar esclarecimentos a esta CPI ao cumprimento de atribuições legais, especificamente no que concerne ao planejamento do programa Corredor de Exportação para o Aeroporto Leite Lopes, em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Para encaminhar o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira encaminhá-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quero só fazer as mesmas referências que fiz no requerimento anterior, Sr. Presidente, que é a importância de nós mantermos um seqüenciamento de oitivas nesta Comissão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, aprovado o Item 19 da pauta.

Item 20.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O Deputado Carlos Willian, que não está presente, me falou aqui... me pediu se pudesse retirar de pauta da sessão de hoje o Item 20.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pela ordem, Sr. Presidente. Só o próprio autor pode fazê-lo, não é? Então, eu solicito que seja discutido e votado o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Qualquer um pode retirar de pauta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então, eu solicito a retirada.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, eu peço a palavra. Eu queria só saber se esse Sr. Roberto Teixeira Costa é o compadre do Presidente. Alguém pode me informar se é o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Repare aí, Deputado Vic Pires...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Eu sou do PT e não tenho a informação, porque...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Essa história de compadrio não é...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - São questões pessoais — quem é o compadre, quem é o padrinho —, são intimidades.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Isso não faz parte do teor do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Não, eu só queria saber. Ah, faz parte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O autor não estando presente, nós vamos conservar o requerimento na pauta e colocar em... para encaminhar o requerimento.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então, Sr. Presidente, mediante a ausência do autor, que está pedindo a retirada, em função da própria manifestação do autor, vou encaminhar contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Queria encaminhar favoravelmente, Sr. Presidente, até porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ...acho importante que esta Comissão tenha condições de, em função da amplitude que pretendem alguns Deputados da Comissão, debater algumas questões importantes. Esta é uma delas, Sr. Presidente. Nós estamos tratando do sistema de aviação comercial brasileiro. E esta situação VARIG/Gol é uma situação que merece uma atenção especial da nossa Comissão, até porque o Sr. Roberto Teixeira Costa é uma pessoa extremamente envolvida com essas transações.

Eu acho que o Deputado Carlos Willian tinha razão quando sugeriu a apresentação dessa proposta. Nós somos favoráveis a essa proposta e votaremos favoravelmente.

Agora, eu espero que se mantenha aqui a mesma preocupação que têm tido Deputados da Comissão. O Deputado que acaba de solicitar a retirada, o Deputado Eduardo Cunha, sabia, regimentalmente, que não podia ser feito isso. Não sei por que...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, me perdoe. Eu transmiti a posição do... V.Exa...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - S.Exa., que é um Deputado cioso das discussões da questão regimental, tinha conhecimento. Nós queremos discutir e votar favoravelmente, Deputado Eduardo Cunha, sabendo que esse requerimento não pode ser retirado por V.Exa., do ponto de vista regimental.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, só porque eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Cunha, V.Exa. está com a palavra.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu transmiti o pedido do autor do requerimento. Eu sei que posso pedir retirada, sim, desde que o requerimento estivesse antes do início da declaração da Ordem do Dia. Eu conheço precisamente o Regimento, e sei o que eu posso e o que eu não posso fazer. Agora, como não há... Se o autor manifestou o desejo e pediu que transmitisse. No sentimento de companheirismo que a gente tem aqui, se os companheiros não querem acolhê-lo, eu mesmo, mesmo sendo companheiro dele, vou votar contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA - Sr. Presidente, nós estamos num clima bom aqui na CPI, e eu acho que o Deputado Eduardo Cunha colocou uma questão importante. Como não estamos em período de votação ainda, eu acho que nós poderíamos, em comum acordo com V.Exa., retirar de pauta. Não é um pedido de retirada de pauta do autor e que precisa passar por 5 sessões. Seria uma decisão de comum acordo de V.Exa. Nós retiraríamos de pauta e, depois, de ofício aqui, nós discutiríamos isso, com a presença do autor. Pode ser que seja importante a convocação do Sr. Roberto Teixeira, pode ser que não seja. Isso nós podemos conversar na próxima sessão deliberativa da CPI sobre esse assunto.

Então, se for votado, vou votar contra, porque tem o pedido de retirada de pauta do autor. Senão, nós poderíamos até votar a favor numa outra sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vou conceder a palavra ao nobre Deputado Pepe Vargas, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - É Vargas, mas é André Vargas. Bom, Sr. Presidente, a bem da verdade, eu faço o mesmo apelo que fiz na primeira fala. Veja, nós estamos na fase final das oitivas. Então é preciso priorizar. Nós não teremos mais 10, 12, 20 depoimentos. Não teremos. Então, quer dizer, tem um problema prático. E o problema prático, Sr. Presidente, é exatamente esse, que nós não teremos... E não faz parte do foco desta CPI discutir. Nós não fizemos uma discussão sobre VARIG e GOL. Nós não fizemos essa discussão. Não teve nenhum parâmetro aqui. Quer dizer, não teremos. Então, eu tenho respeito pelo Deputado Carlos Willian. Já coloquei esse argumento. Por isso é que eu me sinto à vontade de falar aqui. Já coloquei para o Deputado Carlos Willian, e ele fez a solicitação de



retirada de pauta. Mas é necessário votar? Votemos contra, porque, do ponto de vista prático, nós não teremos tempo. Nós precisamos ouvir o Presidente da INFRAERO. Foram aprovados alguns requerimentos que, naturalmente, fazem parte de um desdobramento que vai ser necessário para o relatório, o que nós precisaríamos priorizar. Pode ter até uma outra oitiva necessária, para ser aprovada no próximo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Presidente, eu não sei que santo que baixou em mim hoje, mas eu vou acompanhar o Deputado Cândido Vaccarezza, o Deputado Vargas, olhando a justificativa aqui. A justificativa é clara: *“No intuito de contribuir com as investigações das causas, conseqüências e responsáveis pela crise aérea, é imprescindível a oitiva do Sr. Roberto Teixeira Costa, que vem participando ativamente de transações comerciais com as empresas VARIG e Gol”*. Eu acho que isso não tem nada a ver com o acidente, isso não tem nada a ver com o que a gente está tratando aqui. Eu entendo que, se a matéria em discussão afeta diretamente os usuários finais dos serviços de transportes aéreos, torna-se imperiosa a apuração dos votos. Por isso, Sr. Presidente, eu vou votar contra o requerimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, só para a gente tirar uma dúvida. O Deputado Carlos Willian não estando na sessão, o requerimento dele pode ser votado na ausência dele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pode. É permitido, regimentalmente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Pode até votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então o Presidente, consultando o Plenário, e todos estando de acordo, retira-o de pauta.

O Deputado Otavio Leite está com a palavra.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não, a ponderação era exatamente... V.Exa. já se adiantou. Enfim, melhor perder os dedos do que as mãos. É isso, vamos deixar para mais adiante.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Tudo bem.

Então, em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Está colocando em votação o quê?
o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O requerimento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O Deputado Otavio Leite pediu...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não, não. A minha ponderação foi outra!
Desculpa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Ah, desculpa!

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Ele pediu outra coisa.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Minha ponderação foi na linha do
Deputado Eduardo Cunha, para que nós retiremos de pauta essa matéria, tal qual
aqui, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Peço desculpas ao
Deputado Otavio Leite e a todos os presentes, porque eu não havia entendido.
Então nós podemos retirar o requerimento se todos estiverem de acordo. É uma
manifestação do Plenário.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vanderlei
Macris.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - O senhor já viu que hoje a
Oposição está literalmente dividida aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vanderlei Macris
não está de acordo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu gostaria de solicitar, se for
votado, uma verificação de voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Um, dois, três.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vai cair a sessão.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - V.Exa. não proclamou o resultado.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pela ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Não derruba, não, Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu quero saber o seguinte.

V.Exa. colocou em votação o requerimento do Deputado Carlos Willian, e eu entendi que a maioria se manifestou contrária ao requerimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Se o Deputado Rocha Loures permanecer aqui, não derruba a sessão. Nós temos 12 Deputados; tem *quorum*.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Se o Deputado Vanderlei Macris insiste na votação, o requerimento vai ser derrotado; aliás, já foi derrotado. Se foi votado o requerimento do Deputado, a maioria se manifestou contrária a isso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas não houve proclamação de resultado ainda.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não houve ainda aferição de votos.

O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não cabe verificação da votação porque ainda não houve a proclamação de qualquer resultado. Se ele proclamar o resultado, aí sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas o Presidente colocou em votação o requerimento e a maioria se manifestou contrária.

O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - Sim, o Presidente...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Não proclamou o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vamos esclarecer, vamos tirar as dúvidas. Então nós vamos... Para se retirar o requerimento de pauta é preciso a concordância do Plenário. Como o Deputado Vanderlei Macris não concordou...

O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - Mas ele pode não concordar.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Oh, Macris! dá uma força aí!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Como ele não concordou, então...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu mantenho a minha solicitação de verificação de votos.



O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Vanderlei Macris, quero dizer que nós temos requerimentos importantes para serem votados.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu mantenho a minha verificação de votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu não proclamei o resultado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - V.Exa. está pedindo verificação sobre o quê? Foi proclamado algum resultado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, não!

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Se não houve, eu vou aguardar, Deputado Eduardo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Aí tudo bem.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Aguardo, mas quero manifestar o interesse em solicitar verificação de votos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, pela ordem. Vamos encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para não ficar nenhuma dúvida, nós vamos colocar em votação o requerimento do item 20 da pauta, que é o Requerimento nº 576/07, de autoria do Deputado Carlos Willian.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Concedida a verificação.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Vai cair, porque tem 12. Não precisa passar esse vexame, não. Pode ficar.

O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - Vamos lá, Presidente!

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - A Oposição está derrubando a sessão!

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não, senhor! A Oposição quer votar a convocação diferentemente do que fez V.Exa. quando votou favoravelmente a outros requerimentos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quero dizer que quando houve...
(*Tumulto no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O Deputado Vanderlei Macris está com a palavra.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quero dizer, Sr. Presidente, que mantenho o meu pedido de verificação de votos. Acho importante a presença do advogado Roberto Teixeira Costa, como solicitado pelo Deputado Carlos Willian. Que ele venha até esta CPI manifestar a sua opinião não só sobre essa questão, mas sobre outras questões também.

O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - Nós não estamos discutindo a matéria, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - O PSDB está nitidamente obstruindo a sessão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Absolutamente! Nós queremos a votação desse requerimento, Sr. Presidente, única e exclusivamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nós concedemos a verificação de *quorum*; é regimental. Então vamos fazer a votação nominal.

Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Quero falar. É para manter a sessão, Sr. Presidente, porque há muitos projetos. E não só o Deputado André Vargas e o PT estão aqui para votar. "Não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Beto Mansur, Carlos Zarattini, Eduardo Cunha...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Desculpa. "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Leonardo Quintão.
(*Pausa.*)

Marcelo Castro, "não".

Marco Maia.



O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nelson Meurer, Paes Landim, Pepe Vargas, Wladimir Costa, Antonio Carlos Mendes Thame, Geraldo Thadeu, Gustavo Fruet, Solange Amaral, Vanderlei Macris...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vic Pires Franco.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vitor Penido, Dr. Ubiali, Osmar Júnior, Wolney Queiroz, Fernando Gabeira, Luciana Genro...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Cândido Vaccarezza, Carlos Willian, Edson Santos, Eduardo Valverde, Fátima Pelaes, Filipe Pereira, Léo Alcântara, Luiz Fernando Faria, Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - “Não”, nos termos do argumento do Deputado Vic Pires.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Rocha Loures.

O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Sabino Castelo Branco. Sandes Júnior. Arnaldo Jardim. Carlos Sampaio. Davi Alcolumbre. Efraim Filho. Otavio Leite. Rodrigo de Castro. Silvinho Peccioli. Sérgio Brito.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Os que estão ausentes é que derrubaram a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Silvio Costa. Fábio Ramalho. Ivan Valente. Miguel Martini. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11.

Não havendo *quorum* para deliberar, nós vamos encerrar a pauta de requerimentos e suspender a sessão por 30 minutos, antes de dar prosseguimento à nossa pauta.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, lamentavelmente, o...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Declaro aberta a 45ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências da crise do tráfego aéreo brasileiro.

Esta audiência foi marcada para a oitiva dos senhores Esdras Barros, Coordenador de Prevenção e Emergência da INFRAERO, e Agnaldo Molina Esteves, profissional de serviço aeroportuário da INFRAERO, que já estão aqui ao nosso lado, sentados à mesa.

Quero inicialmente pedir desculpas, em nome da Comissão, a ambos os depoentes pelo imprevisto da semana passada em que V.Sas. foram convocados, vieram a esta CPI, e não foi possível realizar a audiência, como estava programado, devido ao depoimento da diretora da ANAC, que se estendeu além do previsto.

Feitas essas escusas em nome da Comissão, nós vamos então passar a palavra a V.Sas., que terão um tempo de aproximadamente 20 minutos para fazer as suas exposições, se assim julgarem necessário. E também como esta Presidência tem adotado em todas as audiências aqui, nós queremos que V.Sas. fiquem à vontade. Se houver necessidade de exceder esse tempo, não há nenhum motivo para constrangimentos. Isso tem sido concedido a todos que vieram aqui. Então, para iniciar o depoimento e para obedecer às formalidades legais também, foi assinado termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura:

“Faço sob a palavra de honra promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.

Feito isso, nós vamos então conceder a palavra aos depoentes.

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, obrigado. Peço a V.Exa. a palavra para uma questão de ordem com base no artigo 163 do Regimento, em complemento ao que foi feito hoje pela manhã. É para constar e dar sustentação ao recurso e para as informações a serem prestadas por V.Exa. à Presidência da Câmara. Quando hoje questioneei a prejudicialidade dos requerimentos, foi alegado que essa matéria já tinha sido objeto de votação. Porém, de forma objetiva, restritiva, portanto, não é interpretação extensiva, o artigo 163 do Regimento, no seu inciso VIII, afirma que se considera prejudicado “o requerimento com a mesma, ou



oposta, finalidade de outro já aprovado”. O Regimento não fala em outro requerimento rejeitado. Portanto, além do fato novo, o Regimento estabelece de forma taxativa que só considera prejudicado se o outro requerimento tiver sido aprovado, o que não aconteceu: foi rejeitado.

E como terceiro item — e aqui como alerta também para a assessoria, para as futuras pautas a serem estabelecidas —, se V.Exa. entender que há prejudicialidade, que não se coloque em pauta, porque ao se colocar em pauta, evidentemente se superou esse juízo de admissibilidade prévio.

Então, eu reforço a solicitação da manhã, apresentando estes 3 argumentos: o art. 163, o fato novo e a questão da pauta estabelecida e, portanto, a prejudicialidade superada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Gustavo Fruet. V.Exa. sabe perfeitamente que é matéria vencida, não cabe mais discussão. É o Regimento que decide assim. Mas a prejudicialidade do requerimento determinada por mim teve amparo no art. 164 do Regimento Interno, que diz:

“Art. 164. O Presidente da Câmara ou de Comissão, de ofício ou mediante provocação de qualquer Deputado, declarará prejudicada matéria pendente de deliberação:

.....

II - em virtude de prejulgamento pelo Plenário ou Comissão, em outra deliberação.

§ 1º - Em qualquer caso, a declaração de prejudicialidade será feita perante a Câmara ou Comissão, sendo o despacho publicado no Diário da Câmara dos Deputados”.

Então, esse requerimento foi incluído na pauta porque a assessoria entendeu que essa seria a forma correta de dar conhecimento aos membros da Comissão e então de o Presidente, de ofício, declarar a prejudicialidade, baseado no art. 164, inciso II, § 1º.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Agradeço. Foi importante para constar como objeto do recurso, mas eu insisto no caráter restritivo, específico e



sem margem de interpretação do disposto no art. 163, inciso VIII, que trata de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Está certo. Estou dando essas explicações a V.Exa., Deputado, apenas para me justificar. Regimento é uma questão complexa, há interpretações e interpretações. Mas eu procedi dessa maneira porque fui convencido pela assessoria de que esse seria o caminho correto.

Bom, sendo assim, vamos passar a palavra aos depoentes, os Srs. Esdras Barros e o Sr. Agnaldo Molina. V.Sas. têm a palavra.

O SR. ESDRAS BARROS - Sr. Presidente, Marcelo Castro; Sr. Relator, Marco Maia; Srs. Deputados, é um prazer estar aqui prestando depoimento no sentido de poder somar com algumas coisas que os senhores provavelmente já devem ter levantado. Vou, inicialmente, dizer o que eu faço na empresa, que eu sou funcionário da INFRAERO. E vou dizer a minha participação no dia do evento. Eu sou arquiteto de formação, engenheiro de segurança do trabalho, e estou na INFRAERO há aproximadamente 24 anos. Sou um funcionário de carreira. Exerci diversas atividades na empresa, dentre as quais, na penúltima, eu fui o responsável pela área de segurança e medicina do trabalho da Regional São Paulo, e há 6 anos, aproximadamente, eu estou exercendo o cargo de Coordenador de Prevenção e Emergência do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Com relação ao fato do dia da ocorrência, eu acho que é importante frisar qual foi a minha participação. Eu estava me dirigindo, saindo da empresa para ir para minha casa, porque eu tinha uma consulta marcada, e eu pedi apoio para o pessoal do pátio, que me levasse até o outro lado do aeroporto para que eu pudesse pegar o meu carro. E isso foi feito. O Sr. Molina me recebeu, e eu entrei no carro com ele. Isso posto, logo em seqüência, foi solicitado pelo Centro de Operações e Emergência lá de Congonhas que fosse feita a verificação na pista, porque a torre de controle tinha parado as operações tendo em vista a chuva que estava ocorrendo. O Molina, em seqüência, me perguntou: "*Vamos lá?*" "*Não, eu estou com você.*" Aí eu realmente fui com ele, fiz questão de ir com ele, e fizemos a verificação na pista. Posteriormente, fizemos essa verificação — eu, logo em seqüência, vou dizer o que a gente viu, ou pelo menos o que eu vi —, saímos pela pista principal e entramos na pista auxiliar, que também foi verificada até o momento em que eu fui deixado no local a que eu iria me dirigir.



Nesse pormenor encerrou a minha participação nesse evento. Posteriormente, eu estava nessa consulta quando eu recebi um telefone do Centro de Operações de Emergência, dizendo que tinha acontecido a queda de uma aeronave lá no aeroporto, nas proximidades do aeroporto. Rapidamente eu me dirigi até o aeroporto — eu acredito que em algo em torno de 10, 15 minutos eu já estava lá porque o local em que eu estava era perto — e exatamente pela minha própria atividade, eu já assumi uma série de posições. Uma delas é a chamada Posto de Coordenação Móvel, que é uma pessoa do aeroporto que vai até o local do acidente e, através de rádio ou através de celular, a gente se comunica com o aeroporto dizendo como estão as coisas. Além disso, nós também temos o papel de levar todos os equipamentos — nós temos um caminhão específico com materiais para atendimento a pessoas politraumatizadas e queimadas, inclusive com pessoas treinadas para isso. Então, nós deslocamos esses equipamentos, esse caminhão, montamos toda a área no local do acidente e estivemos mais ou menos em torno de umas 50, 60 pessoas — são funcionários do aeroporto que estiveram lá para auxiliar. Lamentavelmente, eu fiquei praticamente o tempo inteiro, ou pelo menos grande parte do tempo, desde o acidente, no momento em que eu cheguei, até a meia-noite, eu acredito ter ficado lá. Aí deu para gente ver a grandiosidade daquela ocorrência. Deu para gente perceber, logo do princípio, que aquilo era extremamente grave e que a probabilidade de ter alguma vítima viva seria muito difícil. Apesar de que o nosso papel foi feito no sentido de levarmos equipamentos para lá, armarmos todo o esquema de atendimento a feridos, mas o nosso pessoal auxiliou naquilo que pôde, mas realmente feridos não tinha. Depois da meia-noite, nós saímos do local e fomos até o pavilhão de autoridades, no sentido até de auxiliar no recebimento de vítimas. Então, em síntese, foi essa a minha participação. Com relação à verificação da pista, o que se faz normalmente, primeiro, é uma verificação visual. O profissional vai lá e faz uma verificação visual. Quero dizer também que na minha atividade não sou eu que faço essa verificação. Normalmente são os fiscais que trabalham no pátio, como também são os supervisores do aeroporto, que acompanham e vão junto com os fiscais. *O.k.*? Então, o que foi — eu vou dizer do meu lado — o que eu vi? Estava chovendo. A quantidade de chuva não era grande — e existe até em legislação o que é conceituação de chuva leve, pista úmida,



coisas assim. Então, o que estava realmente acontecendo lá é que a pista estava molhada e, uma coisa muito importante, que também é verificada: se não tem poças d'água. Isso é extremamente importante. E a gente pode fazer inclusive uma referência, porque isso tinha antigamente. A nossa pista, antes da reforma, ela tinha uma série de ondulações onde, durante a chuva, essa água ficava empoçada. E, claro, numa situação de uma aeronave pousando e passando por uma poça d'água, ela provavelmente poderia até aquaplanar. Isso a gente pode fazer a relação com o nosso automóvel. Se a gente for passar... Vai depender de velocidade, vai depender realmente de uma série de coisas. Mas quando existiam essas poças d'água, a administração aeroportuária iria lá, através dos empregados, e fazia a medição dessas poças, dessas áreas abauladas, através do quê? Através de uma régua metálica. Isto é feito. E através dessa régua metálica é verificado qual é o número de milímetros de água que está ali, naquela poça. A administração também, ela na época, enquanto estava com esse problema, ela fez questão de... ela alugou um equipamento, inclusive semelhantemente a um aspirador de pó, que vai lá e sugava a água, exatamente para tirar a água dessas poças. Então, em síntese, foi mais ou menos isso que aconteceu comigo desde o momento que eu fui fazer a verificação, acompanhando o Molina e, depois, a minha participação na parte... já na hora do acidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - V.Sa. gostaria de falar também? (*Pausa.*) Pois não.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Boa tarde, Sr. Presidente Marcelo Castro, Sr. Relator Marco Maia, boa tarde Deputados, Deputadas,. Praticamente tudo o que o Esdras falou aqui eu só vou repetir. Vou falar o que eu faço no aeroporto. Estou há 4 anos no aeroporto, sou fiscal de pátio, trabalho na fiscalização. Trabalho na área de fiscalização de crachás, colocação e retirada de *fingers*, acoplagem de aeronave, docagem de aeronave e parte de pistas também. Temos que fazer as medições de pista, quando nos pedem, retiradas de (*ininteligível*) OdS e AFIS. Basicamente é isso que eu faço no aeroporto. Agora dependo dos senhores para fazer as perguntas e poder esclarecer o máximo possível aqui o que aconteceu no dia, *o.k.*?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não. Vamos agradecer, então, a exposição dos depoentes e vamos passar a palavra ao nobre Relator, Deputado Marco Maia, para fazer a sua inquirição.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Sras. e Srs. Deputados e Deputadas; boa tarde a todas e a todos os presentes; boa tarde ao Sr. Esdras Barros, Coordenador de Prevenção e Emergência da INFRAERO, e ao Sr. Agnaldo Molina Esteves, profissional de serviço aeroportuário da INFRAERO. Agradeço a presença de V.Sas. nesta audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal que foi constituída com o propósito de investigar as causas, as conseqüências e os responsáveis pela crise do sistema aéreo, do tráfego aéreo brasileiro.

Enquanto realizávamos essa investigação, um novo acidente aéreo veio a ocorrer, desta vez no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, no dia 17 de julho com um Airbus A320, da TAM. Desde a ocorrência desse segundo acidente, os trabalhos desta CPI focaram-se também na busca das causas e das responsabilidades dessa tragédia. Assim, suas convocações justificam-se pelo fato de que V.Sas. realizaram, pouco antes do acidente com o Airbus da TAM, uma inspeção para avaliar as condições físicas da pista principal do aeroporto de Congonhas, que está entre um dos fatores que pode ter contribuído para a ocorrência daquela tragédia.

Inicio os meus questionamentos, primeiro precisando aqui um pouco melhor ao Sr. Esdras Barros e ao Sr. Agnaldo Molina qual é, de fato, a atividade que vocês realizam na INFRAERO.

V.Sa., Sr. Esdras, nos disse aqui que não era sua responsabilidade ir lá fazer a verificação da pista.

O SR. ESDRAS BARROS - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - De quem era essa responsabilidade especificamente?

O SR. ESDRAS BARROS - Normalmente, quem faz essa verificação de pista, isso é o normal, são os fiscais de pátio. Isso é atribuição deles, fazer isso.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - São eles que têm essa responsabilidade especificamente?



O SR. ESDRAS BARROS - Dentre as responsabilidades, esta é uma delas.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - E por que o senhor então estava nessa tarefa, nessa função naquele momento?

O SR. ESDRAS BARROS - Foi exatamente o que eu falei antes. Eu fui aproveitar...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - O senhor pegou uma carona.

O SR. ESDRAS BARROS - É, pode-se dizer uma carona, porque eu já ia... Realmente eu tinha consulta marcada e eu peguei uma carona. Exatamente no momento em que eu entrei no carro, ele foi chamado pelo Centro de Operações de Emergência, que tinha sido solicitado à Torre que fosse feita a verificação, porque a partir daquele momento a pista estava interditada. A partir daí, eu...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - A Torre é que faz o pedido? E a Torre faz o contato direto com quem, lá no aeroporto?

O SR. ESDRAS BARROS - A Torre, ela tem... Desculpe, Excelência, a pergunta é para mim?

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Qualquer um dos 2. Quem tiver condição de responder já se apresenta para responder.

O SR. ESDRAS BARROS - *O.k.* Normalmente, a Torre tem um equipamento de rádio que ela fala diretamente com a sua empresa, com as empresas, e fala também com as aeronaves, *o.k.*? Lá dentro da Torre também existe um equipamento de rádio VHF, que é aquele que a INFRAERO deixa lá, que é exatamente para fazer contato a Torre com o fiscal que está lá embaixo. Então, naquele momento da interdição houve a solicitação da Torre através... Não foi diretamente a ele, mas foi através do COE, e o COE o avisou. Feito isso, ele entrou diretamente em contato com a Torre. Não sei se...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Não, está entendido. E vocês são subordinados a quem, lá na INFRAERO?

O SR. ESDRAS BARROS - Eu sou subordinado à Gerência de Segurança. A minha atividade é a parte de coordenação de prevenção e emergência.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - E você...



O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Eu sou subordinado à Gerência de Operações do Aeroporto. Trabalho com toda a área da aeronave, carga, descarga, toda a área de pátio e pistas.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - E, Agnaldo, vocês são quantos funcionários nessa tarefa da estrutura aeroportuária?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Fiscais, no aeroporto de Congonhas, está em mais ou menos 60, 65 funcionários. Só que não são todos que fazem esse serviço. Geralmente, é o responsável por turno; a gente chama de Bravo 4. O responsável por turno ele tem mais essa... Geralmente, é ele que faz esse serviço. Fiscal é capacitado? É, mas geralmente é o Bravo 4 que faz, que é o responsável por turno. Isso aí dá uma média de 5 ou 6 funcionários.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Mas você não é Bravo 4, você é fiscal.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não sou Bravo 4, mas eu sou, como se diz... Quando falta o Bravo 4, eu estou...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Habilitado para...

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Isso. Estou habilitado a fazer o serviço dele.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Desde quando você trabalha na INFRAERO?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Abril de 2003. Quatro anos e 4 meses.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Quatro anos e 4 meses. Quais são as normas a que V.Sas. devem obedecer para inspecionar as pistas? Há um regramento específico? Vocês recebem uma formação específica? Há um procedimento padrão que se realiza toda vez que se vai lá fazer uma inspeção da pista, principalmente em casos de chuva?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Sim, nós temo o padrão, não é? Nós temos que entrar em contato com a Torre e pedir autorização para adentrar a pista. Nessa... Quando nos autorizam, nós fazemos a medição em 4 pontos.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Aí é você que fala direto com a Torre?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Direto com a Torre. Ponho na caneta: “*de emergência*”, e falo direto com a Torre.



O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Que é autorização para...

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Isso. A Torre me autoriza a entrar. Eu falo a cabeceira que estou, onde eu estou. Então, a Torre: *“Está autorizado, estou parando o tráfego. Você está autorizado a fazer a inspeção”*.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Aí você entrou na pista. Quais são os procedimentos que você toma ali, naquela oportunidade? *(Pausa.)* S.Exa. quer saber se vocês são concursados.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Sim, concursados.

Bem, o procedimento é visual. Nós vemos a pista, vamos ver como é que está a situação da pista. Se tiver poça, nós fazemos a medição; poça ou então uma lâmina de águas, fazemos a medição. Se não tiver, nós saímos e liberamos a pista.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Isso é feito de forma visual? Você olha para a pista e, se ela tiver...

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Sim, nós vimos a pista, aí nós vamos... procuramos, não é? Estamos no veículo e estamos ali procurando. Se a gente vê alguma anormalidade na pista, nós paramos, fazemos a medição e repassamos à Torre.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Exato. Qual é o procedimento? Vocês é que tomam a decisão se a pista pode ou não operar, é isso?

O SR. ESDRAS DANTAS - Eu poderia responder?

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - O que você diz sobre a pista: *“Olha, a pista não pode operar porque está com uma lâmina d’água superior a 3 milímetros”*? Ou você diz: *“Olha, na minha avaliação, a pista pode operar normal, porque não tem nada”*? Como é que funciona esse procedimento?

O SR. ESDRAS BARROS - A gente poderia até fazer um divisor de águas: antes de a pista ter sido reformada e pós-pista reformada. Por quê? Porque antes de a pista ser reformada existiam essas poças de água, existiam.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Certo.

O SR. ESDRAS BARROS - Então, quando eles faziam, ou quando eles fazem a medição, notou-se. Isso é visual. É como muitas vezes as pessoas até falavam: *“Viu no olhometro”*. Mas tem que ir lá, é no olho mesmo!



O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Certo.

O SR. ESDRAS BARROS - A pessoa vai lá, olha. Constatou a existência daquilo, daquela poça, ele vai lá e mede. Baseado nessa medição que ele faz, ele informa a Torre. Isso realmente tem norma. A ICAO, ela tem norma e ela define o que é, como é que você faz uma medição de atrito, por que isso é feito; como é que você faz uma verificação se você encontrar até "x" milímetros, por tanto tempo de chuva. E aí você tem critérios para dizer se aquela pista está úmida, se aquela pista está molhada, se aquela pista está realmente encharcada. Então, tem critérios.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - E vocês sabem esses critérios todos, têm esse conhecimento?

O SR. ESDRAS BARROS - Sabemos, tanto é que essa informação...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Mas, no olho, você consegue dizer se ela está encharcada, molhada?

O SR. ESDRAS BARROS - Claro, claro, isso é visual.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Existe algum equipamento para dizer isto, para aferir isto?

O SR. ESDRAS BARROS - Não. Até para ajudar na informação, essa medição, ela é feita realmente com uma régua. E quando...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Como é que é essa régua? É uma régua...

O SR. ESDRAS BARROS - É uma régua metálica milimetrada, é uma régua metálica milimetrada.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - ... redonda, quadrada?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, retangular.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Retangular. Como essa que a gente usa em cima da mesa para...

O SR. ESDRAS BARROS - Isso! É uma régua normal metálica. Metálica, por quê? Porque, se você a coloca na água, ela não tem perigo de encharcar, de inchar. Então, você vai lá e faz a medição. Baseado nessa mediação, se passa essa informação para a Torre. E a Torre recebe essa informação e ela deve ou tomar uma decisão com relação à pista, ou ela passa lá para o Comandante da Aeronáutica essa informação que a gente passou.



O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Quem é que passou a informação nesse dia? Foi o Esdras ou foi o Agnaldo?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Fui eu, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - E como é que você passou a informação? O que você disse para a Torre?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Eu passei para a Torre e falei: "*Pista molhada e sem poças d'água*". Aí ele pediu uma confirmação. Eu falei: "*Positivo, confirmação: pista molhada e sem poças d'água.*" E daí nós saímos e entramos na pista auxiliar.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Certo. E de quanto em quanto tempo é normal vocês fazerem esta medição?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, essa medição só é feita somente por solicitação da Torre de Controle. A Torre deve receber algum reporte de aeronaves e aí a Torre pede uma verificação de pista para gente.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Quanto tempo vocês demoraram ou levaram para fazer essa verificação? Quantos minutos?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Aproximadamente 15 ou 20 minutos, aproximadamente, não mais que isso.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - E qual era a sua avaliação mesmo, olhando a pista? Não tinha poça d'água? Tinha alguma lâmina? Vocês não tinham nem o que medir? Havia alguma coisa para medir ou não havia nada?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, não tinha, Sr. Relator. Não tinha porque a pista era nova e ela está bem, como se diz, bem abaulada, vamos dizer assim. Então, não tem como parar. A curvatura da pista — não é isso? —, ela tem bastante... Não tem como empoçar água ali, pelo menos com aquela quantidade de chuva, que não era tanta.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Então, a informação que você passou foi "*pista molhada, sem poças d'água*"?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Pista molhada, sem poças.

O SR. ESDRAS BARROS - Sem poças d'água.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Assim que você se comunicou direto com a Torre?



O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Isso.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Alguém entre os senhores recebeu alguma orientação para que só apontasse a falta de condições operacionais da pista em casos muito extremos?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, eu gostaria que melhorasse um pouquinho a pergunta.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Alguém orientou vocês lá na INFRAERO? Vocês devem ter orientação para ir lá fazer a medição, essas coisas. Em algum momento alguém da INFRAERO disse: *“Olha, vocês só empombem com a pista quando ela de fato não tiver condições nenhuma”*?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Bom, Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - No Rio Grande do Sul se fala “empombar”. Como é aqui?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Para gente fechar? Porque a gente passa as informações para a pista. Agora, alguém chegou para gente e falou: *“Ó, vai fechar a pista”*. Fecha a pista, passa para a Torre a condição da pista, e a Torre vai tomar a sua decisão. Se a gente passa *“3 milímetros de água”*, a Torre então automaticamente fala: *“Então, está fechada a pista enquanto não escoar essa água”*. Três milímetros de água, a pista deve ser fechada.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Certo. Essa medição lá, ela se dá com aferição mesmo? Porque medir com uma régua uma poça d'água não é um negócio muito...

O SR. ESDRAS BARROS - Sr. Relator, essa é uma questão bastante interessante, porque nós pesquisamos inclusive em órgãos internacionais — não digo em órgãos, mas em aeroportos internacionais — como é que é feita essa medição. É feita com régua. Nós tivemos a visita no nosso aeroporto, na semana passada, de 3 representantes de um aeroporto, se não me falha a memória, da Ásia. Eles foram visitar-nos porque, como houve o acidente, o governo mandou-os para Congonhas, para eles tomarem conhecimento do porquê que aconteceu, aonde aconteceu e o que foi feito.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Qual é o Governo?

O SR. ESDRAS BARROS - Acho que Cingapura.



O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Cingapura.

O SR. ESDRAS BARROS - Cingapura.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Agora, depois do acidente?

O SR. ESDRAS BARROS - Depois, isso foi na semana passada, eles foram lá fazer uma visita de 2, 3 dias. E a gente também questionou-os.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - O representante do Governo de Cingapura veio registrar.

O SR. ESDRAS BARROS - Foram lá verificar o acidente, não é?

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Qual era a preocupação deles?

O SR. ESDRAS BARROS - Não entendi.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Qual era a preocupação deles?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, apenas conhecer o que foi que aconteceu, que provavelmente esse tipo de aeronave deve pousar lá também. Então, foi questionado a eles como é que eles fazem a medição. Com régua! Agora, para nós, até podemos dizer, para todos que não conhecem, leigos, a gente falar “medição com uma régua” é uma coisa meio estranha. mas é assim que é feito.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - O.k. Alguém, antes disso, no dia anterior teve um acidente com uma aeronave da Pantanal. Foram V.Sas. que também fizeram a verificação da pista? Houve pedido de verificação da pista antes do acidente? Quais eram as condições naquele momento do acidente da Pantanal?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, nesse dia eu não estava, não, Relator. No dia do acidente da Airbus foi o meu primeiro dia de serviço. Eu estava de folga no dia da Pantanal.

O SR. ESDRAS BARROS - Eu estava. Estava chovendo uma chuva leve. Inclusive, até pelos índices pluviométricos que a gente conseguiu, estava chovendo até um pouco mais do que no dia, na terça-feira, quando aconteceu o acidente com o Airbus, até chovia um pouco mais.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Mas houve verificação da pista também naquela oportunidade?

O SR. ESDRAS BARROS - Essa informação eu não tenho; para lhe dar agora, eu não tenho.



O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Certo. Alguém lhes informou que havia relatos dos pilotos que aterrizavam em Congonhas, desde o dia anterior, de que a pista esta escorregadia?

O SR. ESDRAS BARROS - Sim, nós temos... Normalmente, quem nos passa os relatos é a Torre. Ela passa para o COE e nós fazemos... É feita normalmente, havendo necessidade, uma verificação da própria pista, inclusive fazendo medição de atrito, que é feita com um equipamento especial que existe lá no aeroporto.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Em algum momento, depois da liberação da pista nova, vocês chegaram a medir mais de 3 milímetros ou algo semelhante a isto na pista de Congonhas?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, Deputado, porque não teve chuva suficiente ainda para chegar a 3 milímetros. Tem que chover muito para ter 3 milímetros de lâmina de água, tem que ter muita água.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Então vocês não usaram a régua no dia...

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, no dia não usamos.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - De lá para cá, vocês não usaram mais a régua?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - De lá para cá?

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Do acidente, na pista nova. Isso é coisa de gaúcho.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sim, mas do acidente para cá não usaram mais a régua?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, porque não tem o que medir; não porque não houve necessidade de medir. A régua está lá para ser utilizada.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Da reforma da pista, eu diria, que vocês não utilizaram a régua.

O SR. ESDRAS BARROS - Sim.



O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Para V.Sas., a pista principal do aeroporto de Congonhas, após a reforma, apresenta melhores condições físicas do que a pista antiga ou não? Qual é a avaliação de vocês?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Ela está muito, muito melhor, bem melhor do que estava. Antigamente ela estava com muita ondulação, muito empoçamento de água. Hoje, não, hoje ela está perfeita.

O SR. ESDRAS BARROS - Posso?

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Pode, claro.

O SR. ESDRAS BARROS - A pista, ela foi reformada. Foi feito o acerto de *grade* — exatamente o empoçamento era porque o *grade* dela estava ruim —, então ela não teve mais esse problema de empoçamento. Por esse motivo, não houve... Inclusive a quantidade de chuva, não houve, assim, necessidade de se fazer uma medição. Mas, em relação ao que estava, ela está bem melhor.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - A pista antiga tinha *grooving*?

O SR. ESDRAS BARROS - A pista antiga, o que a gente diz pista antiga, ela tinha *grooving* até meados de setembro ou outubro de 2005, mais ou menos. Desculpem-me se eu falhar em algum mês aí. Entre setembro, outubro, talvez até novembro, o *grooving* foi substituído por um outro material asfáltico.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Em setembro de...

O SR. ESDRAS BARROS - Em setembro, outubro, talvez até novembro de 2005.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - De 2005.

O SR. ESDRAS BARROS - É, se não me...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - De 2005 até agora, a pista ficou sem o *grooving*?

O SR. ESDRAS BARROS - Sem o *grooving*. É a informação que nos passam é que é um material concreto, asfalto rugoso, que é um material que seria até bem melhor do que o *grooving*.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Isto é para o Sr. Agnaldo: V.Sa. estava em serviço no momento do acidente ainda?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Sim, eu estava em serviço, Relator.



O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Para V.Sas., o fato de a pista principal do aeroporto de Congonhas estar molhada contribuiu para a ocorrência do acidente?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Olha, Sr. Relator, eu acredito que não, acredito que não, porque depois da medição pousaram mais ou menos 40 aeronaves, depois da medição, e não foi pedida mais nenhuma intervenção da pista. Eu acredito que não teve nenhum problema. A pista não foi...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Pela sua experiência, estava chovendo pouco naquela...

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Muito pouco, estava pouco mesmo.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Muito pouco ou pouco?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Muito pouco.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - O Sr. Esdras queria falar?

O SR. ESDRAS BARROS - Eu corroboro as palavras dele. Realmente o que é muito interessante foi essa série de números de vôos posteriores que fizeram, que praticamente não foi solicitada nenhuma verificação. Depois dessa verificação teve uma série de pousos e não se constatou nada.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Se vocês tivessem uma outra situação semelhante àquela, hoje vocês liberariam a pista de novo? Fariam esse procedimento da mesma forma?

O SR. ESDRAS BARROS - Sem dúvida, sem dúvida. Com relação aos critérios estabelecidos de verificação visual da água, sem empoçamentos, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - O.k. A norma IAC 4302 determina que sejam realizados rotineiramente os monitoramentos do coeficiente de atrito das pistas principal e auxiliar do aeroporto de Congonhas. São V.Sas. que fazem isso também?

O SR. ESDRAS BARROS - Não.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, senhor, não.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Isto é feito por quem?

O SR. ESDRAS BARROS - Isso é feito por solicitação da Gerência de Operações e isso é realizado pela Gerência de Manutenção. Inclusive existe um



equipamento específico lá exatamente para fazer a medição de atrito. Inclusive ele é denominado Mu-Meter. Eu não posso precisar dados técnicos sobre ele...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Certo

O SR. ESDRAS BARROS - Teria que ser alguém mais...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Mas, na avaliação de vocês, que olham lá a pista constantemente, ela tem mais rugosidade hoje do que a velha ou menos rugosidade, pela experiência?

O SR. ESDRAS BARROS - Ela tem mais rugosidade. E com relação a isso, pelo menos no aspecto que a gente entende, ela realmente tem...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Um piloto que veio aqui disse que a pista parecia, com chuva, ter um brilho...

O SR. ESDRAS BARROS - Sei.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - ... e que isto era uma característica de uma pista escorregadia, sabonete...

O SR. ESDRAS BARROS - Sei.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - ... ou coisas desta natureza. V.Sas. concordam com esta afirmação? Vocês enxergam esse brilho na pista, essa...

O SR. ESDRAS BARROS - Eu vou dizer o seguinte: com relação a... Eu não gostaria de comentar a declaração dele, mas eu gostaria de dizer o seguinte: quando se vai avaliar uma situação dessa, o que nós vemos é que não se pode avaliar só a pista. Existem outras situações que devem ser avaliadas. A pista é uma? Sem dúvida. O peso da aeronave é outro alvo a ser avaliado? É. Os equipamentos da aeronave, também é para ser avaliado isso? É. O pneu da aeronave é para ser verificado? É. A pressão de pneu também é para ser verificada? É. Então, o que a gente entende é o seguinte: uma das variáveis é a pista, sem sombra de dúvida. Ao final, eu acredito, o próprio CENIPA, que vai investigar todos esses fatos, todas essas situações, ele deverá dar algum posicionamento, com certeza ele irá dar. Então, eu não digo que só a pista que tem que ser avaliada. Eu acho que tem uma série de fatores a serem avaliados.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Certo.

Sr. Presidente, este Relator considera-se satisfeito com as respostas dos depoentes e encerra por ora os seus questionamentos, agradecendo, mais uma vez,



ao Sr. Esdras Barros, Coordenador de Prevenção e Emergência da INFRAERO, e o Sr. Agnaldo Molina Esteves, Profissional de Serviço Aeroportuário da INFRAERO. A presença de V.Sa. nesta CPI contribuíram para o processo de investigação que nós estamos realizando. Muito obrigado.

O SR. ESDRAS BARROS - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, eu gostaria de formular de maneira diferente essa questão, porque foi relatado por um piloto que a pista estava um verdadeiro sabonete. E havia até uma propaganda na televisão que chamava a atenção dos motoristas de carro, quando estivesse chovendo, porque os carros rodavam — não é? —, perdiam o controle, aí... Pista molhada é como um sabonete. Então, fica idéia para a gente de que a pista estava escorregadia. O que V.Sas. têm a dizer sobre a pista quanto a essa questão de estar escorregadia, estar deslizante? É um sabonete, é um sabão?

O SR. ESDRAS BARROS - É. Eu acho assim: quem está lá dentro da aeronave tem direito — e deve ter declarado isso —, tem... Ele que passou por essa situação, não é? Agora, se a gente... quando a gente vai fazer uma verificação da pista, pelo menos daquilo que nós temos de fazer, daquilo que nós temos de verificar — não é? —, nós... Está dentro dos critérios estabelecidos? Está. Então, essas informações eu acho que têm de ser respondidas, talvez, pelas pessoas especializadas em concreto asfáltico, não sei. Porque, pela nossa visão ali, eu não vejo problema. Agora, é um dos itens a ser investigado? Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Sr. Presidente, só para concluir: V.Sas. concordam com essa determinação que está aí sobre a pista de que ela não opere em dias de chuva em nenhuma hipótese?

O SR. ESDRAS BARROS - Isso foi um critério adotado, antes de estar pronto totalmente o *grooving*. Esse é um documento que recebemos da ANAC, se não me falha a memória. Não, não foi da ANAC, acho que foi do CENIPA, desculpe do CENIPA, que está... realmente de não utilizar a pista se ela estiver molhada.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - V.Sa. concorda com isso? V.Sas. concordam com isso, acham que é adequado?

O SR. ESDRAS BARROS - Eu acho que é o órgão de prevenção e investigação de acidentes, eu acho que realmente tem de atender.



O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - *O.k.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O autor do requerimento, que é o nobre Deputado Pepe Vargas, não está presente. Vamos passar, então, ao primeiro Parlamentar inscrito, que é o nobre Deputado Vic Pires, começando às 14h48min e terminando às 14h58min.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Boa-tarde, Dr. Esdras, boa-tarde, Dr. Agnaldo. V.Sas. que são da INFRAERO, já usaram passe livre alguma vez?

O SR. ESDRAS BARROS - Não.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Nunca usou passagem...?

O SR. ESDRAS BARROS - É. Eu posso dizer que eu, eu como instrutor — inclusive eu sou instrutor da área do CENIPA na matéria Segurança do Trabalho —, me dão passe para poder vir a Brasília ministrar aula e voltar, praticamente no mesmo dia, vou e volto.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Passe livre. Como é que funciona? O senhor pode me dizer?

O SR. ESDRAS BARROS - Dão o PTA, e eu vou à empresa aérea...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Ah sim! Dão um PTA.

O SR. ESDRAS BARROS - Isso.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - INFRAERO?

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - O senhor não ... É a INFRAERO que dá?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, no caso é o CENIPA. Eu Já tive isso.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - O CENIPA?

O SR. ESDRAS BARROS - O CENIPA.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - É uma passagem, um bilhete físico?

O SR. ESDRAS BARROS - É uma... eles me dão o número de registro, eu vou lá e troco aquela passagem. Troco pela passagem, é feita uma reserva...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - E o senhor, Sr. Agnaldo, nunca..?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, não, não tenho passe livre, não.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Nunca usou, não é? Mas lá na INFRAERO se usa isso?



O SR. ESDRAS BARROS - Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO Não, não é? Não, isso era só para...

A que horas o senhor fez a vistoria na pista no dia do acidente?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Foi entre 17h e 17h20min.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Uma hora, mais ou menos, uma hora e tal, antes do acidente, não é isso?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Foi. O acidente foi às 18h50min, então, uma hora e meia antes, não é?

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Uma hora e meia. Como os senhores poderiam me descrever o que foi feito na obra principal do início do ano até o dia do acidente?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Olha, Deputado, eu... essa parte não me diz respeito. Eu não...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - E o senhor, Dr. Esdras, o senhor tem?

O SR. ESDRAS BARROS - É, a responsabilidade pela execução dessa obra...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Foi uma obra de quê?

O SR. ESDRAS BARROS - É uma obra de engenharia executada por uma empresa contratada pela INFRAERO.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Então, não foi manutenção, não é?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, não.. foi feita... Deve ter sido por licitação, contrato...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Não, eu sei. Licitação, eu sei, mas não foi manutenção?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, não.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Foi uma reforma, foi uma...

O SR. ESDRAS BARROS - Uma reforma...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Uma reforma?

O SR. ESDRAS BARROS - É.



O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - No dia ... O Presidente está rindo, porque todo mundo que vem aqui encontra uma forma de dizer o que houve ali, não é, Presidente? Uns dizem que foi reforma, outros dizem que foi uma operação tapa-buraco, outros dizem... e, por conta disso, retirou-se a responsabilidade da ANAC. Quando o Dr. Milton Zuanazzi veio aqui, ele disse que aquilo ali não foi uma reforma, que aquilo ali foi apenas uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Uma manutenção

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Uma manutenção, uma manutenção de 20 milhões de reais, porque aquilo custou 20 milhões de reais. Mas lá na lei da ANAC, é muito claro, no item XXVIII, se não me engano, no § 8º, diz lá que a abertura, a autorização — é porque eu não estou aqui com a minha mochila —, que a abertura, a autorização para abertura de uma pista — corrija-me, Deputada Luciana Genro, porque V.Exa. participou muito mais do que eu desse episódio da pista — teria de ter a autorização da ANAC. A ANAC diz que não autorizou, porque a INFRAERO, simplesmente, abriu a pista.

O senhor participou desse processo?

O SR. ESDRAS BARROS - Não. Absolutamente.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - O senhor não participa de nada disso como Coordenador de Prevenção e Emergência?

O SR. ESDRAS BARROS - Não.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Não houve uma entrega? Como foi essa entrega da pista? O primeiro avião desceu como? V.Sas. autorizaram? Como foi? A partir do momento em que ficou pronta essa reforma, quem deu o o.k. para o primeiro avião descer?

O SR. ESDRAS BARROS - Olha, naquele dia, naquele dia, estava lá uma série de pessoas...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Mas que dia o senhor diz? Da inauguração?

O SR. ESDRAS BARROS - É. No dia em que a pista foi entregue.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Da entrega?

O SR. ESDRAS BARROS - Isso.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - O senhor estava lá?



O SR. ESDRAS BARROS - Eu estava lá.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Como é que foi essa entrega?

Houve...

O SR. ESDRAS BARROS - Foi feita...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Quem autorizou? Porque há alguém que autoriza, não é?

O SR. ESDRAS BARROS - Esse aspecto de autorização, eu não posso... não tenho como lhe dizer.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - E o senhor participou do quê?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, eu fiquei vendo, inclusive, a...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - A descida do primeiro avião?

O SR. ESDRAS BARROS - ...a descida do primeiro avião. Mas, inicialmente, o que foi feito antes foi uma verificação para ver se não havia pedrisco, se não havia fios, pedaços de qualquer material de obra. Porque, antes de se entregar qualquer obra, tem de se fazer uma verificação para depois liberar essa pista.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Pois, então. Aí, o senhor chega onde eu queria que o senhor chegasse. Quer dizer, houve uma verificação por parte da INFRAERO, o Deputado...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Não houve liberação por parte da INFRAERO. Mas a INFRAERO ou o senhor fizeram alguma verificação na pista? Isso consta em algum documento? Isso foi enviado à ANAC...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Tem de constar. Tem de ter um documento.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - ...um dia antes, um mês antes, uma semana antes?

O SR. ESDRAS BARROS - Não. Com relação a documento formal assinado...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Mas o senhor não é o Coordenador de Emergência e Prevenção?

O SR. ESDRAS BARROS - Mas não é da minha competência.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Mas e qual é a sua competência?

O SR. ESDRAS BARROS - A minha competência...



O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - A prevenção é uma competência da medição de poça d'água, o senhor falou de alguma coisa na pista. Enfim, eu quero saber qual foi a sua participação na liberação dessa pista.

O SR. ESDRAS BARROS - Quem estava lá para poder liberar essa pista...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Dr. Esdras, o senhor poderia falar mais próximo ao microfone, porque eles estão gravando.

O SR. ESDRAS BARROS - Tá, desculpe. *O.k.* Quem faz a liberação da pista... Se alguém autorizou, esse alguém não foi eu. E não está no meu nível...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - E quem é?

O SR. ESDRAS BARROS - Lá estavam diretores da INFRAERO...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - O senhor pode dizer quem são as pessoas que estavam?

O SR. ESDRAS BARROS - Ah! Eu não me recordo mais.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - O senhor não se recorda de ninguém?

O SR. ESDRAS BARROS - A Diretora de Engenharia estava...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - É impressionante como, nessas horas, as pessoas não lembram de absolutamente nada.

O SR. ESDRAS BARROS - Não, algumas coisas eu lembro.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Não lembram como foi liberada uma pista, uma pista que custou 20 milhões de reais. O Dr. Milton Zuanazzi — e eu não sei nem se ele ainda é Presidente da ANAC — vem aqui e diz que houve uma manutenção, como se fosse uma coisa, assim, de 50 mil reais. Custou 20 milhões de reais! Uma obra que durou algum tempo, que todo o Brasil, que toda a cidade de São Paulo, que todos os senhores da INFRAERO viram que era uma reforma. E, sendo uma reforma, Presidente, precisaria, sim, de uma autorização para abertura da pista, Deputado Gustavo Fruet. Não é verdade? Ou não? Está lá, estava ali. Mas ele chega aqui e acha que todos aqui, nós, somos bobos e diz: *“Não, aquilo foi uma manutenção.”*

Então, é preciso ouvir de V.Sa. — e já ouvi — que aquilo não foi uma manutenção; foi uma reforma.

O SR. ESDRAS BARROS - A meu ver, foi uma reforma.



O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Foi uma reforma, a seu ver. E ao ver... acho que é a impressão de todos que aquilo ali foi uma reforma. E, sendo uma reforma, a ANAC teria a obrigatoriedade — viu, Sr. Relator, que fique isso no seu relatório — que a obra teria de ser entregue, precisa ser...Eu penso dessa forma. São 20 milhões de reais. *“Bom, está pronta a obra. Bom, agora eu vou entregar para atestar.”* Atesta a obra, a ANAC autoriza e, aí, sim. Mas não. Não aparece uma viva alma neste Governo que diga o seguinte: *“Quem autorizou foi fulano, quem autorizou foi...”*

Deputado Gustavo Fruet, pois não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Apenas para completar. Qual a razão de fazer avaliação da pista antes da liberação? E o senhor completava, falou da Diretora de Engenharia. Quem mais estava lá? Porque, se não, não há razão de a INFRAERO fazer avaliação da pista. Se ela não tem poder nenhum, é um trabalho inócuo, inútil. É isso?

O SR. ESDRAS BARROS - É. A minha presença lá, exatamente, como da área de Prevenção e Emergência, foi fazer uma verificação na pista no sentido de verificar se havia algum elemento que pudesse contribuir para um possível acidente, tipo pedrisco, ou, sei lá, qualquer resto de material de obra. Então, isso foi feito. Com relação a quem liberou, realmente, se eu soubesse, eu, realmente diria.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Claro. Não tenho dúvida.

O SR. ESDRAS BARROS - Mas não está no meu nível. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Só para...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Deputado Beto Mansur...

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Posso mudar?

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Pois não. Claro.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Queria mudar um pouco o enfoque.

Há quanto tempo o senhor está na INFRAERO?

O SR. ESDRAS BARROS - Vinte e quatro anos...quase 24 anos.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - O senhor é engenheiro?

O SR. ESDRAS BARROS - Arquiteto.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Arquiteto.

Bom, somos engenheiros, arquitetos, a gente conhece um pouquinho de obra.



O SR. ESDRAS BARROS - Sim.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Alguém...Essa obra foi paga. Foi paga?

O SR. ESDRAS BARROS - Sim. Acredito que sim. É porque...

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Então, se ela foi paga, alguém dentro da INFRAERO aceita a obra. Concorda?

O SR. ESDRAS BARROS - Concordo.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - O senhor faz uma obra, o senhor está há 24 anos numa empresa como a INFRAERO, que faz obra.

O SR. ESDRAS BARROS - Claro.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - A obra foi entregue. De algum jeito, para a gente pagar alguma coisa, quer seja no serviço público, quer seja dentro da nossa casa...

O SR. ESDRAS BARROS - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - A gente reforma um banheiro, vai lá, olha o banheiro para saber se ele está bom para pagar.

O SR. ESDRAS BARROS - Claro.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Alguém pagou. Concorda?

O SR. ESDRAS BARROS - Concordo.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Quem é que paga? Quem é que atesta a conclusão da obra, vamos dizer assim, deve ser a engenheira chefe da INFRAERO.

O SR. ESDRAS BARROS - Eu acho que sim. Eu gostaria...

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Agora, se ela atesta, só para concluir, se ela atesta, logicamente, alguém foi lá na pista para saber se o que foi contratado foi feito.

O SR. ESDRAS BARROS - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Então, é isso que eu queria saber do senhor.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Foi o senhor que fez isso?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, não. Não, não é da minha competência. A minha área...Eu sou ligado à Gerência de Segurança e não à área de obras, ou manutenção, ou construção. Não é da minha área.



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Segurança em que sentido, Dr. Esdras?

O SR. ESDRAS BARROS - Não entendi?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Segurança de vôo? Segurança de vigilância?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, não. O que a gente diz, na parte de prevenção e emergência.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Emergência de acidentes?

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - O senhor fez curso para isso?

O SR. ESDRAS BARROS - Como?

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - O senhor fez algum tipo de curso para ser...

O SR. ESDRAS BARROS - Desculpe...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sou eu aqui olha.

O SR. ESDRAS BARROS - Ah! Pois não.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - O senhor fez algum tipo de curso para...só porque não é como engenheiro...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, eu já perdi a palavra, pelo jeito, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Já acabou o seu tempo.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - O senhor fez algum tipo de curso de prevenção em que lugar, em quanto tempo?

O SR. ESDRAS BARROS - Eu fiz um curso no CENIPA já, acredito, há 8 ou 9 anos, um curso de 2 semanas. E é importante até frisar isso, porque toda a estrutura aeronáutica é baseada em elos. Eu estou dizendo isso na parte de prevenção e emergência. Então, existem cursos que são dados lá no CENIPA para formar elementos credenciados nos aeroportos. Eu, por exemplo, sou um elemento credenciado no meu aeroporto. E qual é o nosso papel? Qual é o nosso papel? Acontecendo, por exemplo, uma situação de acidente, como esse, nós vamos dar o primeiro atendimento, no caso do acidente, através do quê? Tentando preservar marcas deixadas pela aeronave, algum objeto expelido...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Isso é depois de um acidente. E antes?



O SR. ESDRAS BARROS - Depois. Antes do acidente, são feitos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Miguel Martini...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Está bom, desculpe. Eu vou perguntar depois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não precisa se preocupar. O tempo do Deputado Vic Pires já terminou, e já começou o de V.Exa.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - É assim agora emendado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. permitiu...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Eu já, então...

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Presidente, porque o assunto está interessante. Eu acho que a gente podia fazer um bate-bola. Não tem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro. Não tem nenhum problema.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Se o Deputado Vic Pires autorizar...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Eu já passei a bola, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Contando que o Parlamentar que esteja com a palavra conceda que outro fale.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Na minha palavra, como eu percebo que há poucos Deputados, e vai dar tempo de perguntar à vontade, se alguém quiser aperfeiçoar uma pergunta que eu faça pode fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não. O tempo de V.Exa. vai até 15h10min.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Está certo. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não vou descontar o tempo que V.Exa. já falou.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Eu queria fazer só uma preliminar.

Nós estamos aqui tentando identificar responsáveis por aquele acidente, que todos nós já sabemos que era perfeitamente evitável, que poderia ter sido evitado, e muitas dessas barreiras de segurança foram quebradas. Um primeiro problema — e,



aí, nós precisamos chamar a atenção — é que durante o tempo em que os controladores de vôo, que têm *expertise*, têm treinamento, têm experiência, estão no dia-a-dia, em cada turno de serviço, operando... Isso tudo leva a tomar decisões que evitam os acidentes ou para evitar os acidentes. O que nós percebemos é que foi retirado, por um processo confuso, complicado, que teve início depois do acidente da Gol, foi retirada essa autonomia operacional do controlador de vôo. Caberia ao controlador de vôo decidir se opera ou se não opera aquela pista. Foi retirada, inclusive, dos controladores de vôo a autonomia de fazer relatórios de perigo, o que é mais grave ainda. Claro que essa situação não vai se manter, mas enquanto ela está se mantendo, outras pessoas precisam ser responsabilizadas. E as informações a respeito daquele acidente dão conta de que o controlador, sabendo que não poderia continuar operando, comunicou ao supervisor; o supervisor comunicou à INFRAERO; a INFRAERO foi até a pista, fez um laudo — em que, pelo que o senhor está dizendo, ninguém escreveu nada —, disse que tinha “x” de lâmina d’água, ou sei lá o que disse. Nós precisaríamos ter esse documento em mão para saber o que verdadeiramente foi dito —, e, a partir daí, continuou uma operação temerária. Esse é o fato.

O que eu queria perguntar para o senhor é: quem, da INFRAERO, é encarregado de fazer isso? Fez-se isso? E onde se escreveu isso? Porque isso não é brincadeira, nós estamos falando de segurança.

O SR. ESDRAS BARROS - Claro!

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Tanto que nós estamos falando da vida de 199 pessoas. E poderia ter sido muito mais. Se o piloto tivesse mantido o rumo, teria sido muito mais. E sabe-se lá quantas mais.

Portanto — como me alerta o Deputado Macris, aqui —, o risco ainda não foi totalmente eliminado.

Portanto, quem — o senhor pode dizer para nós — fez o documento? Quem foi que falou? Quem foi que escreveu isso, quem deu essa informação, dizendo: “*Pode operar ou não pode operar*”? Eu já fui contra, aqui, controladores de vôo que olharam no radar e disseram “*estava no foco*” ou “*não estava no foco*”. Isso é uma observação de leigo. Quem está operando é que sabe se está ou não está. Eu posso pegar um bisturi e dizer “está ótimo”, e o médico me dizer “*não está, não*”.



“Mas eu estou vendo aqui”. E ele dizer assim: *“Mas eu fiz curso para isso. Eu aprendi isso”*.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - No Regimento também está acontecendo, Gustavo Fruet?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - É, tem gente... Mas não vou entrar nisso.

Então, eu queria saber se o senhor poderia nos ajudar e dizer: *“Olha, foi tal diretoria...”*. Porque tem de ser da sua área. Se é Prevenção de Acidentes e Emergência da INFRAERO, só pode ser da sua área. Se não foi o senhor, diga quem foi, o que escreveu e o que foi informado à Torre, para que ela dissesse: *“Por informações da INFRAERO, podemos continuar essa operação”*. Já que foi eliminada a *expertise* dos controladores de vôo, foram eliminadas a experiência e a autonomia dos controladores de vôo, quem é que fez isso?

O SR. ESDRAS BARROS - É... Eu posso dizer ao senhor o seguinte: primeiro, nós nos baseamos em documento. Então, como o senhor deve, parece-me, conhecer bem, existe documento da OACI que informa que parâmetros têm de ser avaliados nessa pista, *o.k.*? Feito isso...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - A OACI, aí, fala muito mais...

O SR. ESDRAS BARROS - Pois é...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Fala da autonomia dos controladores de vôo, fala que eles têm de ser controladores civis...

O SR. ESDRAS BARROS - É...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Fala um tanto de outras coisas também.

O SR. ESDRAS BARROS - É, mas eu estou me baseando...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Só nisso?

O SR. ESDRAS BARROS - É, no fato.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Está pontuando?



O SR. ESDRAS BARROS - Isso. Então, nós tivemos um documento que foi feito, elaborado também pela ANAC, dando critérios para fazer essa medição. Inclusive, é através desses critérios que são passados para a torre.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - O senhor tem este documento da ANAC, não tem?

O SR. ESDRAS BARROS - Acho que tenho. Não sei se está aqui.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Não é aquele 189, não, não é?

O SR. ESDRAS BARROS - Eu não gravo por número. Eu precisaria, depois...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - É o famoso. Ficou famoso no Brasil inteiro, aí, porque ele vale ou não vale. A gente quer saber se é aquele.

O SR. ESDRAS BARROS - É, não sei agora se é esse.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - O senhor pode passar para nós?

O SR. ESDRAS BARROS - Eu posso, depois, dar uma espiadinha e...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Está aí com o senhor?

O SR. ESDRAS BARROS - Eu acredito que sim.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Está bom. Se o senhor puder passar... Depois. Pode falar, depois o senhor passa.

O SR. ESDRAS BARROS - Então... Aí, a INFRAERO, como cabe dar informação sobre a infra-estrutura, vai lá e verifica, dessa forma, como já foi explicado. Isso é passado para a Torre. E aí... Inclusive, essa informação, acredito, é passada para o comandante. E a decisão de pousar é dele... ou pousar ou não, baseado nessas informações. Então, é mais ou menos assim que eu entendo a situação.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Pois é, só que a segurança de tráfego aéreo não deixa tudo na decisão do piloto. Não pode deixar, está certo?

O SR. ESDRAS BARROS - Sim.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Porque o piloto quer sempre pousar, tem a pressão da companhia atrás disso. Então, os órgãos de segurança têm que impedir. E isso... Eu acho que essa é uma barreira que acho que foi quebrada, está certo?

O SR. ESDRAS BARROS - Certo.



O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Só quem está no dia-a-dia da operação pode dizer isso.

O SR. ESDRAS BARROS - Sim.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Porque... é o caso do *grooving* que estão dizendo por aí. Uma grande e absoluta maioria dos aeroportos — se não me engano, 6 ou 8, só, no Brasil — é que têm *grooving*. É isso, 6 ou 8?

O SR. ESDRAS BARROS - É. Qualquer coisa assim, é um número assim.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - É. Mas não quer dizer que as pistas não tenham segurança.

O SR. ESDRAS BARROS - Claro!

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Mas Guarulhos exige *grooving*, e não tinha o *grooving*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Guarulhos ou Congonhas?

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Perdão, Congonhas. Congonhas tinha de ter *grooving*, e não tinha, está certo.

Então, essas barreiras todas que foram quebradas levaram a esse acidente. Eu acho que nós temos que não só identificar os responsáveis por isso, mas já deixar pontuada esta questão: quando se tira a autonomia daquele que tem *expertise* para fazer, corre-se risco. E, aí, é o que nós estamos vendo.

Sr. Agnaldo, o que o senhor faz na INFRAERO?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Sou PSA — Profissional de Serviços Aeroportuários —, fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Miguel Martini, falta 1 minuto para V.Exa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Qual é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Um minuto.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Eu sou fiscal de pátio e pistas.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - O senhor é quem fez a verificação na pista?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Eu é que fiz a verificação.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - E que fez um documento dizendo que podia operar?



O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não. Eu não falo... Eu não libero pista, eu passo as informações para a Torre.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - E qual a informação que o senhor passou?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Eu passei que a pista estava molhada e sem poças d'água.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Só essa informação?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Só essa informação.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - O senhor fez alguma medição com algum equipamento?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não fiz medição, porque...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Só visual?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Só visual.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - E como é que o senhor sabe se... O senhor percorreu a pista inteira?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Sim, senhor, a pista inteira.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - De ponta a ponta? Quanto tempo o senhor leva para fazer essa inspeção?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Quinze minutos. De 15 a 20 minutos, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Chutado.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - A pé ou de carro?

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - De carro.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - De carro. Dentro do carro? O senhor desceu?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, não desci.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Que horas...

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Naquele dia você desceu?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Oi?

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Você desceu, naquele dia, do carro?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não desci, não desci.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Olhou por cima?



O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Olhei por cima.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - A que horas o senhor fez essa medição?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Entre 17h e 17h20min.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Já estava escuro, ou estava claro, ainda?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, estava claro, ainda.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Dava perfeitamente para ver se tinha ou não tinha pista?... Ou...

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - É, se não tinha.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Que velocidade o senhor mantém, para fazer com 15 minutos?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - A gente faz, numa velocidade... faz um trecho, pára, olha, dá uma olhada... aí continuamos. São 4 trechos.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Dois quilômetros?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Dois quilômetros.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Em 15 minutos?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Isso.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Quantos tinham no carro com o senhor?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Estávamos eu e o Sr. (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - O (*ininteligível*) é o quê? Motorista?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não. Eu estava de motorista.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Ah! O senhor estava dirigindo e olhando a pista?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Isso.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - E essa foi a informação que fez com que a pista fosse liberada?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - É assim que a ANAC prevê que se faça? É desse jeito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - A ANAC ou a INFRAERO?

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Não, não. Ele disse que a ANAC regulamenta. Diz como deve ser feita a vistoria. É assim?

O SR. ESDRAS BARROS - Não está escrito se ela é feita a pé ou se ela é feita de veículo. Nós fazemos essa verificação utilizando o veículo. Por quê? Porque há necessidade...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sim, mas com essa velocidade?

O SR. ESDRAS BARROS - Qual é a velocidade? A velocidade, para se poder enxergar e ver se há poças d'água ou não. Porque que a pista estava molhada é claro que a gente via que estava.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Pois é. Mas isso não é suficiente para a aviação...

O SR. ESDRAS BARROS - Mas é suficiente...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI -...porque os pilotos que tinham pousado anteriormente ao acidente disseram que a pista estava... Nós ouvimos na fonia. Diziam: *"Comandante, não pousa muito na frente, não, que está muito escorregadia"*. O outro diz: *"Olha, quase que eu não consegui parar"*. E a INFRAERO pega o carro e vai lá e diz: *"Não tem poça, pode operar"*.

O SR. ESDRAS BARROS - A informação baseada no que está escrito é: você tem que informar se a pista está seca, se a pista está úmida, se a pista está molhada ou se a pista está encharcada.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Deputado Miguel.

O SR. ESDRAS BARROS - É isso que é feito.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Permita só...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Pois não.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Essa vistoria que V.Sas. fazem no carro dirigindo, não chegam a dar uma freadinha para ver se está deslizando? É só mesmo visual, não há nem um outro tipo de teste, não?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, é visual mesmo.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Visual?



O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Isto.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - De dentro do carro?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - V.Sas. não dão uma brecada no carro para ver se está deslizando? V.Sas. sabem visualmente que o avião não vai deslizar?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Isso.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Só uma perguntinha, Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, depois V.Exa. fala.

Vou conceder a palavra ao Relator e, depois, à Deputada Luciana Genro, que é a próxima inscrita.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - É um minuto só, Sr. Presidente, não tem nada a ver com o depoimento, mas é uma matéria importante e relevante. Recebi há pouco a informação de que a FAA norte-americana, a agência norte-americana, ordenou, esta semana, a revisão dos modelos mais modernos do Boeing 737 das famílias 600 a 900, depois do incêndio que consumiu um avião da China Airlines poucos minutos após sua aterrissagem, agora, no último dia 20 de agosto, semana passada. Calcula-se que existam no mundo cerca de 2.300 aviões dos modelos que estão incluídos nessa decisão da FAA, cerca de 800 deles voam nos Estados Unidos e outros 1.500 operam no restante do mundo.

Por coincidência ou não, essa revisão se concentra em uma parte da asa que pode se desprender e danificar o tanque de combustível, como determinou a investigação de técnicos japoneses sobre o acidente no Aeroporto de Naha, na Ilha de Okinawa, no Japão, esse acidente da última semana. Por coincidência ou não essa é a família de Airbus operada pela Gol no País...

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Os Boeings...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA -... os Boeings operados pela Gol.

Estou só levantando essa notícia, porque as companhias aéreas do mundo todo começaram a revisar, de forma emergencial, os aviões Boeing 737, principalmente depois dessa recomendação.



Então, estou, de forma emergencial também, Sr. Presidente, encaminhando alguns ofícios à Gol e ao próprio CENIPA, no sentido de nos informarem, a partir desta determinação, quais os procedimentos que estão sendo tomados no sentido de se proceder também a essas revisões emergenciais nas aeronaves Boeing que voam no espaço aéreo brasileiro. E se o CENIPA já está tomando alguma medida no sentido de garantir que sejam realizadas, de fato, essas revisões.

Como operamos aqui no Brasil com aeronaves que voam 14 horas diárias e que têm espaço muito curto de manutenção, eu acho que não é demais que tenhamos essa preocupação de imediatamente oficial a companhia aérea Gol, que é responsável pela utilização dessas aeronaves, e o CENIPA para saber quais os procedimentos que estão sendo adotados e tomados em relação a essa recomendação feita pela FAA, já que de fato houve esse acidente, que só não teve 165 vítimas porque os ocupantes conseguiram sair a tempo da aeronave.

Se for fato isso que está sendo investigado, a possibilidade de que uma parte da asa se desprenda e atinja o tanque de combustível e isso leve a um incêndio daquela natureza, daquela proporção, eu não quero nem fazer outras ilações em relação às investigações que nós já fizemos aqui nesta CPI.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Mas isso é uma questão preocupante. Portanto, eu estou encaminhando, se V.Exa. permitir fazer isso junto com esse Relator, já, de forma emergencial, o pedido de esclarecimentos em relação (*ininteligível*), em relação a esse tema.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Relator, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Encerro aqui. Se o Presidente quiser passar a palavra...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Passo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Vic Pires.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, eu estou de acordo, apoiando a sugestão do nosso Relator. Mas, já que V.Exa. falou na companhia Gol... E a gente até esquece um pouquinho aqui, porque está tratando



tão de perto desse acidente da TAM... Mas eu recebi um *e-mail* dos familiares, Sr. Presidente. É importante que todos nós, desta Comissão... O presidente da Gol esteve aqui, acho que uma única vez, e se comprometeu com esta CPI a ajudar no transporte dos familiares para que fosse feita uma missa, uma homenagem às vítimas no local do acidente. V.Exa. lembra, não é Relator? E eles estão tendo dificuldade. Eu já imaginava que poderia acontecer isso. Eles estão tendo dificuldade. Então, Presidente, eu pediria a V.Exa. que, em nome da nossa Comissão, fizesse um contato com a Gol para que honrasse aquilo a que se comprometeu aqui, ou seja, levar os familiares ao local do acidente para que os familiares possam fazer a justa homenagem às pessoas, aos seus entes, aos mortos.

Então, essa é a minha colocação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Ainda tratando desse tema da Gol e dos familiares das vítimas, nós vamos realizar no dia 17 de setembro uma audiência pública aqui na Casa, organizada pela CPI, no plenário principal — já está sendo encaminhado e viabilizado —, com os familiares do acidente da Gol e da TAM, exatamente para debater esse tema do atendimento prestado pelas companhias aéreas e poder ter, também, um momento de reflexão sobre todos esses temas. É uma iniciativa desta CPI por propositura do Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Como o acidente foi, se não me engano, no dia 1º de outubro ou no dia 2 de outubro, no dia 17 já vai ficar muito em cima para que possa organizar essa ida deles lá. Então, se o Presidente e o Relator puderem fazer uma gestão junto à Gol para que eles comecem a atender os familiares e cumpram com aquilo que o presidente da Gol veio aqui e prometeu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Obrigado, Deputado.

Vou passar a palavra à nobre Deputada Luciana Genro.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, só 30 segundos. Eu não queria atrapalhar a Deputada, mas é só o seguinte: gostaria de saber do Relator



se essa notícia que ele traz é uma notícia oficial ou apenas uma Internet que divulgou isso, da FAA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Internet.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - É uma notícia de Internet, mas que nós estamos checando para ver a veracidade e tal.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Por isso... Eu queria dizer que, neste momento, pode estar havendo uma grande guerra entre Airbus e Boeing. Que a gente não seja aqui instrumentalizado para isso. É preciso checar, porque, como a Airbus está na dúvida quanto aos equipamentos, lançar uma suspeita sobre uma outra concorrente pode ocorrer também. Que a gente não seja aqui um instrumento para isso.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Por isso é que estamos pedindo informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vou passar a palavra à nobre Deputada Luciana Genro, começando às 15h20min e terminando às 15h30min.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Obrigada, Presidente.

Primeiro queria dizer a vocês que nós temos consciência das pressões que são feitas, ou foram feitas, sobre a questão da liberação da pista, porque evidentemente que é um transtorno muito grande para todos os passageiros que a pista seja interditada. Então, nós sabemos que uma decisão de fechamento de pista é uma decisão que tem conseqüências para as empresas, tem conseqüências para o aeroporto e para todas as condições da aviação em São Paulo.

Ao mesmo tempo, esse procedimento de avaliação da pista é extremamente importante, porque ele acaba por autorizar ou não os pousos e as decolagens. E nós temos o livro de registro da Torre, que foi fornecido para esta CPI, informações de que no dia 15 de julho, por exemplo, onde foi solicitada a medição da lâmina d'água para a INFRAERO. E consta no livro de registro que esta informou — esta, a INFRAERO — não ser necessária a vistoria. Depois, no dia seguinte, que foi o dia do acidente da Pantanal, houve vários relatos de pista escorregadia antes da derrapagem, da aquaplanagem da Pantanal. E o livro de registro informa que foi feita uma vistoria que durou 3 minutos, das 15h25min às 15h28min, e que o



funcionário encarregado do pátio informou a ausência de poças ou lâminas d'água. Em seguida, às 15h42min, aconteceu o incidente da Pantanal.

Ao mesmo tempo, a história que vocês nos contaram, de que ele estava entrando no carro para levá-lo até o seu carro e que ele não é o Bravo 4, ele não é a pessoa que normalmente faz essa inspeção, dá-me a impressão, diante desses relatos anteriores e diante dessa coincidência de que justamente ele, que estava entrando no carro para levá-lo até o outro lado da pista para o senhor pegar o seu carro, foi designado para fazer essa inspeção, dá-me a impressão de que a coisa foi feita apressadamente. Porque a Torre estava, entre aspas, "incomodando", dizendo que havia vários *reports* de pista escorregadia. E a INFRAERO queria despachar logo a situação, dizendo que estava tudo bem. Então, aproveitou o Agnaldo, que já estava ali no carro, indo levar o senhor, e disse para o Agnaldo: "*Vá lá dar uma olhadinha na pista*". O Agnaldo foi, deu uma olhadinha e informou: "*Não tem poça d'água*". E tudo ficou operando normalmente, até que o acidente aconteceu. Não foi isso que aconteceu?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, Deputada, não foi isso que aconteceu. A gente fez a vistoria. Um dia antes do Pantanal, eu não estava lá. Então, não posso responder o que aconteceu. Estava de folga. Foi feita a vistoria como de praxe, como é pedida. Conforme... Sobre esse negócio de que a INFRAERO informou que não necessita, eu desconheço essa informação. Quando a Torre nos solicita, a gente entra prontamente na pista, pede autorização para a Torre.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - A Torre pede diretamente para o Bravo 4?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não. Faz o contato com a Central, e a Central entra em contato com a gente. Aí, se...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Então, a Central pode ter informado que não era necessário, no dia 15.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Se foi a Central, Deputada, aí eu não tenho essa...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Alguém falou que está no livro de ocorrência da Torre.



O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Eu não sei quem foi que falou e por que falou isso. Eu desconheço.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - E como é que pode fazer uma inspeção em 3 minutos, como consta no livro da Torre, do dia 16?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Essa informação também não posso lhe passar, porque eu passei que fiz em 15 ou 20 minutos. Nós entramos às 17h e saímos 17h20min.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - E por que foi você que fez essa inspeção e não o Bravo 4?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Porque o Bravo 4 estava de férias e eu estava no lugar do Bravo 4.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Ah, certo. E como é que... A inspeção é de poça ou lâmina d'água, certo? O que é a lâmina d'água?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - A lâmina d'água, Deputada, quando chove muito você vê aquela água correndo pela pista, aquela... aquela... aquela água correndo. Então, você vai ali, naquela água que está correndo, e tem que fazer a medição ali para ver a quantidade de água naquela região. Se estiver acima de 3 milímetros ou em 3 milímetros, tem que passar para a Torre; e a Torre, automaticamente, interdita o aeroporto.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - E, andando de carro, dá para ver que não tem lâmina d'água?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Dá, doutora, porque não tinha chuva o suficiente para formar lâmina d'água ou poças d'água. Estava chovendo muito pouco. Era pouco mesmo.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - E essa decisão de liberar a pista não é de vocês? Vocês informam o que vocês viram?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Isso. A gente informa as condições da pista. A gente passa, informa; e eles, não sei, devem passar também para a aeronave, para o comandante da aeronave.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - E, desde que foi feita a reforma, nunca mais houve formação de poça nem de lâmina d'água?



O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Olha, Deputada, depois da reforma, fiz a medição uma vez só. Essa vez não tinha lâmina d'água e não tinha poças, nesse dia. Depois da reforma foi... acho que a primeira medição. A primeira ou a segunda que teve. E eu fiz essa medição.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Mas estava chovendo desde domingo. Isso não influencia na situação da pista? O fato de a chuva ser constante desde domingo, mesmo que ela seja fraca?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Eu acredito que não, Deputada. Eu acredito que não. Encharcar a pista, aí, sim, poder ter um... Eu acredito que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Qual é a sua formação profissional?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Eu tenho o segundo grau...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu quero chegar a isso. Ele não é engenheiro de pista para saber se tem...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Sim, mas, para ter essa tarefa de inspeção de pista, você passou por algum tipo de treinamento?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não. Não passei não, Deputada. Esse... esse... A gente... É passado de companheiro para companheiro. O pessoal mais velho vai ensinando aos mais novos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Nenhum treinamento para inspecionar a pista?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não. Isso aí a gente vai pegando ao longo do tempo, não é? Vai passando o tempo, e nós vamos aprendendo o serviço. O pessoal mais velho vai ensinando para a gente, e a gente vai pegando.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - No tempo da Luciana Genro... Só queria fazer a seguinte pergunta... Vocês têm que ter um padrão de informação. Por exemplo: você, INFRAERO, tem a responsabilidade de ir lá verificar se tem lâmina d'água, se tem poça, o que tem. Não importa se choveu muito, se choveu pouco. Você tem que ter um padrão de *report* para isso, no meu entender, para você se eximir da sua responsabilidade. Vocês têm isso?

O SR. ESDRAS BARROS - O que é entendido...

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - No microfone.



O SR. ESDRAS BARROS - Perdão.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Pois não.

O SR. ESDRAS BARROS - O que é entendido é: você vai... Tem lâmina d'água, você vai lá e mede. Isso é o padrão. Você vai lá, pega a régua e mede. Agora, se você vai, olha, não tem água correndo, não tem lâmina d'água.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - O senhor tem equipamento para isso, para medir lâmina d'água?

O SR. ESDRAS BARROS - Tem. Tem régua.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Régua?

O SR. ESDRAS BARROS - Régua.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Uma regüinha?

O SR. ESDRAS BARROS - É uma régua metálica, como foi falado no início.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Sei. Não, porque essa coisa de passar de pai para filho a informação, ou de amigo para amigo, para mim, com toda sinceridade e com todo respeito, num aeroporto como o Aeroporto de Congonhas, que movimenta 18 milhões de passageiros, que tem um volume de tráfego intenso, que tinha uma pista que foi reformada, que possivelmente o concreto ou o asfalto não estava nem curado ainda, vocês irem lá, entrar no carro, medir, com alguém que... respeito, tem segundo grau etc., mas, como falou aqui o Agnaldo, não tem especialização nisso. Para mim, com toda sinceridade — sou engenheiro —, isso é um absurdo ocorrer numa empresa como a INFRAERO. O senhor que está lá há 24 anos, nesse setor... para mim é um absurdo não ter um *report*, uma informação, uma assinatura de alguém que passe uma informação que você entra no carro, andou naquela pista 20 minutos, olhou poça, olhou lâmina, disse que não tinha. E aí ocorrem esses acidentes todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. ainda dispõe de 1 minuto, Deputada.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Agnaldo, quando você fez o concurso para a INFRAERO, era concurso para que cargo?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - PSA — Profissional de Serviço Aeroportuário, para trabalhar no pátio.



A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - E isso inclui várias tarefas. A medição da lâmina d'água e da poça é uma delas.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Isso.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Quais são as outras tarefas?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Acoplagem e desacoplagem de aeronaves, colocação do *finger*, docagem de aeronave, fiscalização de crachás, *actives* de carros, ver se os carros estão em ordem para poder (*ininteligível*) do aeroporto.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Para essa tarefa específica da pista, nunca alguém sentou com você e lhe deu as instruções de como deveria proceder para fazer essa medição? Não lhe foi dado um procedimento de como operar esse processo de inspeção da pista?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Tem um procedimento, doutora. Mas sentar, conversar, fazer curso, não.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - E esse procedimento foi lhe passado como?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - No contato mesmo, no dia-a-dia. Eu pergunto: "*Como é que se faz essa medição? Como é que é? Como é que não é? Deixe-me entrar no carro. Quero ver como é que faz*".

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Meio que por conta própria, assim, você aprendeu?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Sim.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Nunca ninguém lhe deu uma orientação formal sobre como proceder para fazer a inspeção da pista?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Está bom.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputada Luciana Genro.

Vou me intrometer aqui indevidamente. A função, aqui, do nosso depoente, como ele está dizendo, é examinar a pista para detectar se na régua aquilo tem uma lâmina d'água superior a 3 milímetros; ou, então, quando não há essa lâmina



d'água, ele dizer: olha, não tem lâmina d'água; não tem poças; a pista está molhada. Compete a ele dizer só isso. Então, peço a V.Exas. a devida compreensão, porque não precisa ser um técnico especializado, com um conhecimento extraordinário. Se a pessoa não for um tolo para pegar uma régua e passar numa pista... Eu acho que qualquer um de nós, aqui, sem nenhum treinamento...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, eu queria, com todo respeito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - ...sem nenhum treinamento, se dissessem assim “corra esta pista e no final diga se tem poça d'água”, nós estaríamos habilitados para dizer. Poça d'água é uma coisa fácil. Está só molhada? Está só molhada. Acho que qualquer um de nós diria. Bom, tem lâmina d'água? Tem lâmina d'água. Qual a espessura da lâmina d'água? Bota uma régua e vê ali na lâmina d'água quanto é que está. Tem 1 milímetro? Tem 2? Tem 3? Tem 10? Tem quantos? Pelo amor de Deus! Nós estamos perdendo muito tempo e pressionando muito os depoentes, e eles não vão poder sair da função deles. Então, se a pista... está com 2 dias chovendo, se isso tem influência na pista, eles não sabem. Não é papel deles. Só para trazer para o nosso objetivo aqui.

Deputado Vic Pires.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, com todo respeito que eu tenho por V.Exa., e V.Exa. sabe que eu tenho, V.Exa. se sente apto para fazer esse trabalho e liberar um avião com 200 passageiros, hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não vamos confundir nem distorcer as palavras.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Mas é a situação dele. Ele chegou lá para medir e não teve...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não. Espere aí. V.Exa. perguntou, eu vou responder. Ele não tem função de liberar avião nenhum nem de fechar aeroporto. A função dele é correr a pista e dizer em que condições se encontra a pista, especialmente se a pista está molhada (não precisa fazer curso para saber que está molhada), se a pista tem poça d'água (acho que é uma coisa simples de fazer) e se tem lâmina d'água. Tendo lâmina d'água, ele é obrigado a descer e medir em vários lugares. Se em algum desses lugares ele encontrar a



lâmina d'água, tem que reportar para a Torre. A Torre é que vai dizer se interdita ou não. Não é função deles. Eles acabaram de dizer aqui. Eles não interditam nem dão opinião se deve interditar ou se não deve. Eles só reportam. É assim?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - A Torre de comando de controle.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - A Torre que cuida da pista.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, a Torre de comando com os controladores de vôo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Porque têm os controladores de vôo que cuidam do taxejamento.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - É isso que eu quero saber. Os controladores de vôo é que reportam ao diretor da Torre, ao superintendente? A quem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Controlador de vôo.

O SR. ESDRAS BARROS - Posso responder, Excelência? Funciona assim: ele dá a informação... Existem diversas posições lá na Torre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro.

O SR. ESDRAS BARROS - Uma das posições chama-se controle solo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Exato.

O SR. ESDRAS BARROS - O.k.? Então, esse controle solo é um homem da Torre, é um controlador, que está com o rádio da INFRAERO na frequência de emergência, que fala diretamente com o fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito.

O SR. ESDRAS BARROS - Então, ele dá o subsídio para o operador da Torre. E o operador da Torre vai dar subsídios para quem? Para o comandante da aeronave. O comandante da aeronave, recebendo essa informação, ele também terá o critério de pousar ou não. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

Vamos, então, ao próximo inscrito, nobre Deputado Dr. Ubiali.



A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Desculpe-me, Presidente. Tem uma coisa que não está clara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputada Luciana.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Não é o controlador que interdita ou não a pista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Quem é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não é o controlador?

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Não é o controlador.

O SR. ESDRAS BARROS - Eu digo à senhora que não é a INFRAERO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - V.Sa. pode falar mais próximo ao microfone?

O SR. ESDRAS BARROS - Perdão, desculpe. Eu digo que não é a INFRAERO. A INFRAERO, inclusive... Por exemplo, se um fiscal pegar um... Imagina-se que seja encontrado algum objeto em uma área aeroportuária. Ele não pode pegar o carro da INFRAERO, de fiscalização, e entrar lá na pista. O que ele faz? Ele pega, via rádio, frequência de emergência e solicita autorização. Para quem? Para a Torre. A Torre vai dizer para ele: pode entrar, aguarde ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - É claro, porque pode ter aeronave decolando, pousando.

O SR. ESDRAS BARROS - É isso. Então, muitas vezes acontece de uma colisão com ave. Um exemplo: caiu uma ave lá. O comandante reporta que bateu num pombo. Aí, nesse momento, a Torre... eu entendo que ela interdita e solicita à INFRAERO que vá até o local para verificar se têm restos do pássaro. Tendo, eles vão lá e recolhem esse pássaro. Então é isso. Então, eu não estou aqui para dizer que são eles que interditam ou não. Nós, INFRAERO, em todos os momentos em que tivermos que entrar na pista, nós temos que pedir autorização. Eu não posso entrar aleatoriamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - E depois, verificado, V.Sas. se reportam à Torre?

O SR. ESDRAS BARROS - Sempre. Sempre.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Aí, da Torre para a frente...

O SR. ESDRAS BARROS - A parte aeronáutica, a parte aeronáutica... À INFRAERO cabe a infra-estrutura, verificação de estrutura. Agora, a parte de movimentação de aeronaves no solo ou no ar cabe à Torre. Agora, quem da Torre libera ou não libera, eu... desculpe, eu não saberia dizer.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não pode dizer ou não sabe dizer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vamos passar a palavra ao Dr. Ubiali, começando às 15h37min e terminando à 15h47min.

O SR. ESDRAS BARROS - Não sei dizer, porque não é da minha área. Precisaria perguntar, talvez, para um controlador.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Está com cara de que não quer dizer.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, Sr. Esdras Barros, Sr. Agnaldo Molina Esteves, obrigado por terem vindo aqui.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Dr. Ubiali, só para... se permite, aqui, 10 segundos, só para ver como é complexo esse tema, porque, naquele relatório, no livro de ocorrências, se nós pegarmos aqui no dia 16... Onde é que está, aqui? Dia 16, não é? Entre 6h e 14h, há um relato feito por um controlador, que diz o seguinte: *“Uma viatura da INFRAERO ingressou na pista sem autorização. Fomos obrigados a interromper as decolagens”*. Quer dizer que isso também acontece, não é? De a INFRAERO entrar na pista sem...

O SR. ESDRAS BARROS - Não é comum. Isso não é comum. Eu não vou dizer que seja padrão. Por quê? Porque todos os motoristas que entram para trabalhar lá dentro da área aeroportuária são obrigados a fazer um curso chamado Curso de Direção Defensiva, ministrado pela INFRAERO, onde todo mundo passa... São mostrados para eles os critérios para poder trabalhar lá dentro, porque lá dentro o critério principal é: a aeronave, ela determina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

Dr. Ubiali, terminando às 15h48min.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Vou ser bem rápido, Sr. Presidente. O que a gente percebe, pelo depoimento e pelos outros depoimentos que foram feitos aqui, é que, de fato, há uma certa confusão no comando e nas funções de cada um. A ANAC... Foi dito ontem pelo Ministro da Defesa que a ANAC tinha funções do



CONTAC; que quem deveria estabelecer a política não era a ANAC, mas sim o CONTAC. À ANAC caberia só a fiscalização, mas ela ocupou esse espaço. Agora, nós estamos vendo aqui que quem deve liberar a pista é a Torre. Mas a Torre, para liberar a pista, tem que ter as informações do fiscal. Sem essa informação, ele não libera. Então, a opinião do fiscal é que determina se vai liberar ou não a Torre... a pista. Mais ainda: o fiscal dá uma opinião sobre algo absolutamente concreto: tem poça d'água, tem lâmina d'água ou não. Mas ele não é capaz de fazer uma avaliação... por que a pista estava escorregadia. Porque, que estava escorregadia, não há dúvidas. Há vários relatos, de vários comandantes, antecedendo a esse pouso, no mesmo dia, no dia anterior, dizendo que a pista estava escorregadia. Quando a gente ouve os informes da Torre, há um *report* de: *"Olha, cuidado, porque a pista está escorregadia. Aterrisse um pouco antes"*. Então, que estava escorregadia, ninguém tem dúvida. Agora, estava escorregadia por que não tinha nenhuma lâmina d'água? Estava escorregadia por que motivo? Por que faltavam as ranhuras? Então, a gente percebe aqui, agora, depois de acontecido o fato, que, de fato, as coisas não aconteceram como deveriam acontecer. Em algum momento houve um ou mais... não diria erros. Alguma coisa não foi informada corretamente. Ou não foi interpretada corretamente a informação dada, porque havia notícias de que a pista estava escorregadia. A INFRAERO foi mediante os fiscais, lá, comunicou ao controle da Torre, que, por sua vez, comunicou ao comandante, que estavam com um avião carregado e pesado. Quer dizer, houve uma série de circunstâncias: um reverso pinado... Mas, hoje, o que eu gostaria de perguntar para vocês — isso é mais uma conclusão do que um fato... Eu queria saber o seguinte: na opinião de vocês, hoje, depois do ocorrido... A gente colocaria a tranca na porta? Ou seja, vocês teriam liberado a pista naquelas condições? Teriam liberado, não; teriam dado aquele informe da mesma maneira? Ou teriam dito assim: olha, eu não vi, mas, se está escorregadia, a informação... Como é que... Seria esse o comportamento ou mudaria? Eu queria só uma opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Dr. Ubiali, eu não sei se V.Exa. estava no começo aqui... Eles não falaram, em nenhum momento, em pista escorregadia. O que eles disseram foi que a pista estava molhada e que não havia poças d'água...



O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - ...nem lâmina d'água.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Eu estou dizendo que quem disse, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não. Claro.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - ...foram os pilotos do avião e os controladores, na Torre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro, claro. Perfeito.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - V.Exa. se lembra dos outros depoimentos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, eu só estou passando a informação para V.Exa. do que eles disseram aqui, para não ficar nenhuma dúvida.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - O que eu estou dizendo é o seguinte: havia, para quem usava a pista, o informe de que ela estava escorregadia. Quem usava as pistas? Os pilotos. Eles disseram isso, e eles não sabiam que ia haver o acidente. Foi antes do acidente, não foi depois. Não foi nenhuma medida de justificação nem nada. Antes, eles disseram: "*Olha, cuidado, a pista está escorregadia*". O outro: "*Olha, esta pista está um sabonete*". Parece-me que foi o termo usado por um deles, em relatos anteriores. Então, eu mantenho a minha pergunta. Se os senhores puderem responder...

O SR. ESDRAS BARROS - Excelência, eu manteria a informação. Eu manteria a informação. O que eu vi, eu vi. Não havia poças d'água. A chuva era muito... muito inconstante. Tinha trecho em que não chovia, tinha trecho em que chovia. Agora, de uma... de uma pista estar escorregadia, teria que, realmente, ser analisado o porquê de eles estarem informando isso. Agora, eu posso dizer aos senhores o seguinte, como eu falei logo no início da minha explanação: a pista pode ser um fator? Sem dúvida, não é? Mas é só a pista? Então, nós temos o quê? O peso do avião, a velocidade do avião. Nós temos o pneu. Eu tenho que acreditar que o pneu esteja bom. Eu tenho que acreditar que a pressão do pneu esteja correta. Então, eu não... Em sã consciência, eu não diria que o problema foi da pista. Eu manteria a minha posição.



O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - A mesma coisa, Deputado. Eu mantenho a minha posição. Se tivesse que entrar de novo na pista e fazer a medição e tivesse que reportar pista molhada e sem poça, a mesma coisa. Não mudaria.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Se me permite, Deputado Ubiali...

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Pois não.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Só uma questão, dentro desse mesmo aspecto aí. O senhor disse que têm 4 fases: a pista seca, a pista úmida, a pista molhada e a pista encharcada. O senhor disse que estava molhada; portanto, na terceira fase, já, do processo. Seca, úmida, molhada. De molhada para encharcada... Nessa uma hora e meia que transcorreu entre a sua averiguação e o acidente, poderia ter caminhado de molhada para encharcada, em função da chuva?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pode falar no microfone, por favor.

O SR. ESDRAS BARROS - Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - É que está sendo gravado, e aí...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nessa uma hora e meia, poderia ter modificado a situação da pista?

O SR. ESDRAS BARROS - Perdão. É falta de costume.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro. É compreensível.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Por favor, Sr. Esdras, poderia ter modificado a situação da pista de uma hora... Não no momento em que o senhor viu, que está... Estou entendendo. Mas, nessa uma hora e meia, poderia ter evoluído e saído de molhada para encharcada?

O SR. ESDRAS BARROS - Claro. Claro que poderia.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Era isso que eu queria saber.

O SR. ESDRAS BARROS - E, claro... Não, claro que poderia. Agora, nós temos informação da estação meteorológica, naquele dia e naquele horário, qual foi o índice pluviométrico; que, inclusive, esse índice pluviométrico do dia do acidente foi menor do que o índice pluviométrico do dia anterior.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sim, mas nessa uma hora e meia não é possível prever com precisão. Nessa uma hora e meia, entre a sua averiguação, que eu até compreendo...

O SR. ESDRAS BARROS - Sim.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ...o senhor está afirmando... Tanto o senhor quanto o Sr. Agnaldo, não é? Mas nessa uma hora e meia, com certeza, poderia ter modificado a circunstância da pista. Até porque, de molhada para encharcada, pode ser uma diferença muito pequena, não é?

O SR. ESDRAS BARROS - Sim.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Era só isso que eu tinha para comentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O próximo inscrito é o nobre Deputado Vanderlei Macris, terminando às 15h55min.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu gostaria de passar... de permutar meu tempo com o Deputado Gustavo Fruet, que passa a usar meu tempo a partir de agora, e eu falo no tempo dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Perfeitamente. São 15h56min.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Enquanto o Deputado Gustavo Fruet se prepara, V.Sa. disse, na sua fala inicial, que coordenou aqueles trabalhos de saída das viaturas para ir lá montar o acampamento para o atendimento às vítimas do acidente. O controlador, no seu livro de ocorrência, relatou o seguinte: *"Bombeiros acionados de imediato, mas foi observado dificuldade e demora para as viaturas saírem dos limites do aeroporto."* V.Sa. concorda com isso? Como foi esse procedimento lá no final? De fato teve uma demora, teve dificuldades?

O SR. ESDRAS BARROS - Quando ocorre um acidente, esse acidente pode acontecer dentro da área aeroportuária, como pode acontecer fora da área aeroportuária. Numa situação de acidente também — e eu posso fazer um paralelo com relação a uma pessoa que tem até um ataque cardíaco —, quem está assistindo ao fato pode imaginar que aqueles 30 segundos demoram 5 minutos. O bombeiro, ele está dentro do aeroporto. O posicionamento dele, para chegar, é perto. Inclusive, nós temos um portão de emergência exatamente para a saída



nessa hora. E, então, esses... Inclusive... apesar de nós termos Corpo de Bombeiros nas proximidades, os primeiros carros que chegaram, os 3 carros do aeroporto foram os primeiros que chegaram lá.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Quanto tempo demorou isso?

O SR. ESDRAS BARROS - Aí eu não posso precisar, mas foram os primeiros.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Certo. Mas o senhor acha que houve demora, ou não?

O SR. ESDRAS BARROS - Eu não acho. Eu, sinceramente, eu não acho. Eu não posso precisar tempo, isso a gente pode buscar, inclusive, com o chefe de equipe dos Bombeiros, desde o momento que ele foi acionado, quanto tempo ele demorou. Outra coisa: quando o acidente acontece dentro da área, que não foi longe, as regras que norteiam a participação do Bombeiro, ele tem um tempo de 2 a 3 minutos para chegar até o local da ocorrência. Agora, ali é muito próximo. Então, eu duvido, eu duvido... Pode ser que tenha até acontecido, mas eu duvido que tenha ultrapassado 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra, então, o próximo orador inscrito, Deputado Gustavo Fruet, começando às 15h49min, até as 15h59min.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Boa tarde, Dr. Esdras, Sr. Agnaldo. De forma objetiva, eu faço 2 observações, uma até para o Relator, porque não é praxe eu adotar esse procedimento, até porque tinha uma visão desse depoimento, ele acaba tomando outra linha. E eu faço isso até no sentido de respeito, porque nós estamos investigando a questão estrutural e o papel das empresas, sem muita preocupação com a questão da culpa de ordem pessoal. Mas hoje significa, nos depoimentos, algo que pode comprometê-los, inclusive, sob o aspecto de imperícia, negligência e imprudência, com procedimentos de absoluta informalidade com relação aos procedimentos adotados.

Então, eu faço esse alerta porque muitos até desprezavam CPI, mas com a decisão de ontem do Supremo, demonstra-se que as CPIs passam a ter um papel sob o aspecto criminal, e muito do que se diz acaba tendo consequência. Por isso



que eu vou perguntar objetivamente com relação à responsabilidade de cada um. Insistindo: originalmente, a preocupação era com o aspecto estrutural, e não com qualquer desvio de conduta por parte dos depoentes, particularmente dos dois, aqui manifestando todo o respeito à atividade profissional.

E a segunda é com relação a, para o Relator, o que pode já ser objeto de divergência no posicionamento final do relatório. Nós não estamos tratando de um relatório paralelo. Vamos aguardar o relatório do Relator para analisar. Mas dois pontos chamam a atenção: um é essa informalidade geral nos comportamentos, quer seja em relação à segurança, quer seja em relação à concessão dos *slots*, quer seja em relação ao relacionamento entre a INFRAERO e a ANAC. E o segundo, apontar as contradições dos depoimentos.

E aqui eu passo à primeira pergunta, ao Dr. Esdras: o Superintendente de Empreendimentos de Engenharia da INFRAERO, Sr. Armando Schneider Filho, em depoimento a esta CPI, afirmou que não expediu nenhum documento formal sobre a liberação da pista, por não considerar essa prática necessária. Disse ainda que, antes da liberação, no dia 28 de junho, percorreu a pista junto com técnicos da INFRAERO e da ANAC, quando constataram que a pista tinha condições de ser liberada.

Também em depoimento a esta CPI, o Presidente da ANAC, Milton Zuanazzi, atribuiu à INFRAERO a responsabilidade pela liberação da pista, e afirmou que a ANAC não teve participação na decisão de liberá-la. Afinal de contas, de quem é a responsabilidade pela liberação da pista?

E a segunda: o senhor estava com o Sr. Armando Schneider e com os técnicos da ANAC para fazer a última avaliação da pista?

O SR. ESDRAS BARROS - Eu percorri, sim, a pista, exatamente naquela condição de busca de possíveis objetos para que ela pudesse ser utilizada. Agora, com relação à liberação, quem libera, na realidade, eu não estou no nível de liberação da pista.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E quem estava com o senhor nesse dia?

O SR. ESDRAS BARROS - O Sr. Armando Schneider estava; o senhor, me parece que o presidente da INFRAERO também estava. Agora não me recordo.



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor tem como tentar recuperar esses nomes e mandar depois para a CPI?

O SR. ESDRAS BARROS - Posso tentar, sim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Tá. Da mesma forma, objetivamente, com relação às regras.

O SR. ESDRAS BARROS – Sim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Foi dito que não foi feita medição com régua. Foi um trabalho pela experiência com relação à pista no dia. O senhor falou da OACI e da ANAC.

O SR. ESDRAS BARROS - Sim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Essas regras permitem a avaliação informal ou em todas elas é necessária a utilização de algum equipamento para a verificação da condição da pista?

O SR. ESDRAS BARROS - A informação que consta dos documentos... você tem que fazer uma verificação visual. Baseado no seu achado, você faz a medição ou não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Ou seja, as regras permitem que só a verificação visual seja fator de análise?

O SR. ESDRAS BARROS - Sim. E nós não temos conhecimento de um equipamento sofisticado que permitisse fazer a possível leitura disso.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Dr. Esdras, com relação à liberação da pista, é possível uma especulação, que já foi tornada pública, de não ter sido completada a curagem? Ou seja, ser um problema não só de água, mas um problema de poças de óleo? É possível que isso tenha acontecido, ou não?

O SR. ESDRAS BARROS - Não... não posso precisar, Excelência.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Tá. Sr. Agnaldo, segundo o Diretor de Segurança de Vôo do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Carlos Camacho, a análise das pistas é rápida porque o pessoal é treinado e já conhece os pontos de acúmulo de água na pista.

O senhor conhecia os pontos de acúmulo de água na pista antes da reforma?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - É... eu sabia que a pista inteira, Excelência, estava com problema, não tinha um ponto certo. Não tinha um ponto tal,



ponto aquele, ponto aquele; a pista inteira estava com problemas, ondulações e formação de poças.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E depois da reforma o senhor conhecia todos os novos pontos de acúmulo de água ou de falhas de escoamento?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, não havia falhas, Excelência.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor já tinha feito a fiscalização em outros dias?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Foi, eu fiz a fiscalização antes da reforma.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Não, depois, da reforma.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Depois da reforma foi a primeira vez.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor explicou a sua formação — na observação do presidente, oportuna, com relação ao grau de conhecimento — mas o senhor destacou que não fez treinamento nenhum específico, fez o concurso.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, eu não fiz.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Certo. A INFRAERO presta algum tipo de treinamento para os funcionários especificamente nessa questão?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, não presta.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Com relação a... Também insisti numa pergunta, na véspera, em que houve a derrapagem da aeronave da empresa Pantanal: quem foi que fez a inspeção na pista?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Olha, eu estava de folga nesse dia, Excelência. Eu comecei a trabalhar no dia do acidente da TAM mesmo, então, essa informação eu não tenho para o senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Nesse dia só estava o senhor em trabalho ou tinha mais....

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, tinham todos os fiscais, mas eu estava como responsável de turno no dia do acidente.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O senhor não ouviu nem comentários do dia anterior de quem fez a inspeção da pista?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Sim, eu ouvi os comentários, mas não me apeguei a esse. ..



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O senhor não sabe nem quem era o técnico responsável pela inspeção?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quer dizer, automaticamente, por estar no turno, o senhor é quem faz a inspeção. Não há uma designação de ninguém para isso?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Há uma designação do Bravo 4, o responsável Bravo 4 e o supervisor. O Bravo 4 do dia estava em férias. Então, eu estava no lugar dele.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - A última pergunta ao Sr. Agnaldo e ao Sr. Esdras, para constar.

Os senhores tinham conhecimento da Instrução de Trabalho e Regulamento Brasileiro de Homologação da Aeronáutica ISRBH 121.189 sobre critérios de pouso em Congonhas com pista escorregadia ?

O SR. ESDRAS BARROS - Eu tenho.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E, no ponto específico, o senhor tinha informação de que a aeronave, com o reverso pinado, poderia pousar com pista molhada?

O SR. ESDRAS BARROS - Não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor não tinha essa informação?

O SR. ESDRAS BARROS - Não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas o senhor.. então o senhor não tinha conhecimento da instrução.

O SR. ESDRAS BARROS - Não, eu tinha... a instrução a gente lê. Agora, não que eu soubesse que a aeronave não poderia pousar com....

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas isso constava ou não constava na instrução?

O SR. ESDRAS BARROS - Não lembro agora. Mas eu, realmente, li. Mas não estou lembrado especificamente do detalhe do reverso pinado.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Então eu vou pedir para o Sr. Relator ou a alguém que tiver a instrução para mostrar para o Dr. Esdras para



corrigir, se entender, essa contradição. Quer dizer, o senhor conhecia a instrução... Isso é de conhecimento da INFRAERO, a instrução?

O SR. ESDRAS BARROS - Eu só... não posso dizer pela INFRAERO. A gente lê bastantes instruções. E eu precisaria inclusive ver; se tiver aí eu gostaria de

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas o senhor, apesar... claro, não é da sua formação, mas, pela sua formação profissional, e pelo tempo de experiência na INFRAERO, o senhor tem conhecimento de que pista molhada é um critério para impedir pouso com aeronave com algum tipo de restrição?

O SR. ESDRAS BARROS - Principalmente se ela estiver molhada com poças. Se ela estiver molhada e a quantidade de lâmina d'água estiver abaixo dos critérios estabelecidos, essa informação é passada para a torre e, com certeza, o comandante vai poder pousar. Isso é uma opinião pessoal.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Certo. E sem *grooving* ?

O SR. ESDRAS BARROS - Olha, eu acho que o senhor deveria — perdão, Excelência — perguntar isso principalmente para os comandantes. Quem mais tem que opinar o tipo de aeronave que pode pousar com aeronave com *grooving* ou sem *grooving* seriam eles. Algumas pistas da INFRAERO têm *grooving*. E, com certeza, a grande maioria, não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Tá. Então, Presidente, até o final, se for possível, apresentar essa instrução e depois os nomes dos que acompanharam na inspeção da pista.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não. Vamos ao próximo inscrito, nobre Deputado Efraim Filho. Começando às 15h58min e terminando às 16h08min.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Presidente, o tempo não vai ser necessário, até porque acredito que estão praticamente esgotadas as informações que poderiam ser aqui prestadas.

Eu queria apenas questionar, especialmente ao Dr. Esdras Barros, qual a sua relação com a Presidência ou a Superintendência da INFRAERO. Se há reuniões,



se participa de reuniões de trabalho, de grupos técnicos, se há conversas informais. Qual era a sua relação com a Presidência da INFRAERO?

O SR. ESDRAS BARROS - Meu relacionamento é nenhum. Eu não tenho relacionamento nenhum com a Presidência, com a Diretoria da INFRAERO; absolutamente nenhum. Meu trabalho é lá no Aeroporto de Congonhas.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E, na condição de coordenador de prevenção e emergência, então, V.Sa. não participa de reuniões técnicas com outros setores, não há essa integração, esse entrosamento?

O SR. ESDRAS BARROS - Participo.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Intersetores da INFRAERO?

O SR. ESDRAS BARROS - Participamos, mas não com a Presidência ou com a Diretoria. O Aeroporto de Congonhas, por exemplo, é um dos aeroportos subordinados à Superintendência Regional do Sudeste, que fica lá em Guarulhos. Então, Guarulhos é responsável por Congonhas, Campinas, Campo de Marte e outros. Então, subordinado à regional nós estamos. Lá no nosso aeroporto, constantemente temos reuniões técnicas; agora, não no patamar de empresa em Brasília.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Chegou ao seu conhecimento — conhecimento próprio ou por outros — o manifesto, que inclusive já foi tratado nesta CPI por parte dos diretores e coordenadores da INFRAERO, diria, de insatisfação com o então Presidente da INFRAERO, Brigadeiro J. Carlos? Chegou ao seu conhecimento esse manifesto que foi tratado no âmbito interno da INFRAERO?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, não tenho conhecimento. Estou tomando conhecimento por V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Tampouco o senhor conhece o assessor da Presidência Tércio Ivan de Barros?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, senhor, não conheço.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Esse cujo requerimento para depor na CPI hoje foi negado e que, segundo resultado de uma sindicância pela CGU, ele foi afastado por suspeita de improbidade na compra de programas de computadores e espaço publicitário... Na sua coordenação, Sr. Esdras, tem alguma... Nessa prevenção e emergência em Congonhas tem alguma questão a respeito dos



espaços utilizados pelos usuários nos terminais ou é só referente a pistas e coisas desse tipo?

O SR. ESDRAS BARROS - A minha atividade é geral dentro do aeroporto, mas quem cuida da parte de áreas... Se V.Exa. está perguntando sobre partes comerciais, aí é diretamente com a gerência comercial. Então, toda a tratativa é com ela. Não é afeto à minha área.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Chegou ao seu conhecimento esse afastamento desses 5 servidores da INFRAERO, de quem nós requeremos a oitiva hoje aqui? O afastamento por improbidade administrativa, depois de uma sindicância da CGU, a Controladora Geral da União?

O SR. ESDRAS BARROS - Eu fiquei sabendo hoje aqui na Câmara. Eu não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Está certo. Tampouco conhece algumas dessas pessoas?

O SR. ESDRAS BARROS - Não.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Nem mesmo depois que soube do evento as pessoas envolvidas não são do seu conhecimento?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, não, absolutamente, absolutamente.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Bem, normal ou é do conhecimento da Coordenação de Prevenção e Emergência o aumento dos *reports*, ou seja, dos noticiamentos por parte dos pilotos, ou seja, como vocês mesmos se reportaram, aquele que está dentro do avião, a dificuldade no pouso depois da abertura da pista nova? É do conhecimento da coordenação?

O SR. ESDRAS BARROS - É de conhecimento. Esses *reports* são encaminhados... essas informações são encaminhadas para a empresa e encaminhadas também para a área de manutenção onde é verificado, onde é feita a verificação da medição de atrito dela. E todas as vezes em que é feita a medição de atrito — eu acho que V.Exa. poderia talvez até requerer essas medições — essas medições de atrito estão sempre acima do exigido.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Nós até temos essas medições de atrito. Faz parte da Coordenação de Prevenção e Emergência fazer análise daqueles gráficos que têm a medição do coeficiente de atrito?



O SR. ESDRAS BARROS - Não cabe fazer a análise, mas fazemos a verificação e constatamos se estaria fora dos padrões ou não, porque existem padrões para isso.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O padrão do coeficiente de atrito para a pista de Congonha você sabe me informar?

O SR. ESDRAS BARROS - Se estiver abaixo de 05, você já tem que fazer a medição de atrito. Se você está com... acima dela, você não tem problema. Agora, se estiver abaixo de 04 , 042 ou qualquer coisa assim, essa pista tem que ser... você tem que já fazer um serviço que se chama desemborrachamento de pista, com um equipamento de alta pressão e que você vai fazer a retirada da borracha que está impregnada no piso da própria pista.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Esse serviço já foi feito em Congonhas?

O SR. ESDRAS BARROS - Já , diversas vezes, muitas vezes...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Antes do acidente, o senhor se recorda?

O SR. ESDRAS BARROS - Sim... não...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Depois da reabertura da pista nova? Depois do dia 29 de junho, quando foi reaberta a pista até o dia 17?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, não tenho como precisar, mas isso posteriormente, se V.Exa. realmente achar importante, eu acho que poderia ser passado isso para a Comissão.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Lógico que o coeficiente ...

O SR. ESDRAS BARROS - Realmente eu não me lembro.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Uma das coisas que são questionadas, um dos elementos mais questionados aqui é exatamente o coeficiente de atrito, que a pista não estaria de acordo, em concordância com o padrão. Tanto que o aumento dos *reports*, dos noticiamentos, de problemas, de dificuldades na hora do pouso aumentou bastante. No prazo de um mês, praticamente nós tivemos mais noticiamentos de dificuldades de pouso do que no ano todinho.

O SR. ESDRAS BARROS - Sim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - É do conhecimento da Coordenadoria...?



O SR. ESDRAS BARROS - Sim, sem dúvida. E nós temos...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E o que foi feito em termos de prevenção?

O SR. ESDRAS BARROS - Foram feitas as verificações através de medição de atrito. E quando você pega o resultado eles estão acima daqueles exigidos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Então, foi fruto da imaginação dos pilotos as dificuldades?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, não, não disse isso!

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E a quê o senhor condiciona essas dificuldades?

O SR. ESDRAS BARROS - Eu não sei, isso aí precisaria pegar especialistas em concreto asfáltico para que eles pudessem fazer um análise mais acurada, como foi feito inclusive pela própria Polícia Federal. Logo após o acidente, eles foram lá, fizeram uma série de verificações, inclusive levando corpos de prova do que foi feito. Aí, eu acho que eu não teria condições técnicas, porque não é da minha área. Eu não tenho condições técnicas...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Mas a Prevenção e a Emergência não realiza nenhuma uma análise, não o senhor, a sua pessoa, mas não determinou nenhum técnico que realizasse essa análise a respeito do coeficiente de atrito ou das dificuldades que os pilotos tiveram para pousar?

O SR. ESDRAS BARROS - É feita, essa análise é feita, através da medição de atrito. Quando nós constatamos que o atrito está alto, está dentro dos padrões.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Então, segundo a informação da Coordenadoria, o coeficiente de atrito para a pista de Congonhas, na época do acidente, estava perfeito?

O SR. ESDRAS BARROS - Eu não diria perfeito. Ele estava dentro dos padrões recomendados.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E por que foi feito o *grooving* depois, se estava dentro dos padrões?

O SR. ESDRAS BARROS - Porque isso... Já estava feita a programação para a execução. Estava feita... Já existia uma programação de execução do *grooving* para aquela pista.



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E a programação da execução era depois do acidente? Por que não foi feito antes?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, aí eu... Porque não foi feito logo após...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Depois do acidente, depois que ocorreu um acidente, nós vamos fazer o *grooving* da pista!

O SR. ESDRAS BARROS - A decisão para fazer ou não *grooving*, dentro de um determinado período, não compete a mim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Tudo bem. Obrigado, Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Bom, não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Ah, tá! É porque V.Exa. virou as costas, eu pensei que V.Exa. tinha se retirado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Desculpe, Sr. Presidente, não foi minha intenção virar as costas, apenas eu estava consultando ali o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O Gustavo Fruet levantou-se, V.Exa. levantou-se também e ambos marcharam no rumo da porta, ali, e eu pensei que estavam dando por finda...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não, não. Eu estava só avaliando uns documentos que tenho aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito. V.Exa. tem 10 minutos, portanto, terminando às 16h18min. V.Exa. sabe que é um prazer imenso ouvi-lo sempre aqui nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Obrigado. Eu queria só perguntar ao Sr. Agnaldo: o senhor é servidor estável do quadro da empresa, da INFRAERO? Ou é contratado?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, não. Eu sou concursado pela INFRAERO.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Concursado, é funcionário estável. Qual é a sua rotina de trabalho? Como é feita a verificação das condições



de pista em dia de chuva, ou períodos de seca? Qual é a sua rotina? Me dê um pouco da sua rotina de trabalho lá na INFRAERO, em relação às pistas.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Pois não, Deputado. A minha rotina de serviço é docagem de aeronaves, tem de fazer docagem de aeronaves, colocação e retirada de *fingers*, verificação de crachás de companhias aéreas, terceirizadas, verificação de viaturas, verificação de *actives*, vistoria de pistas quando são solicitadas...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nesse ponto. Vistoria de pistas. O senhor não é a pessoa, como eu posso dizer assim, oficialmente designada para fazer isso, que é um colega seu, bravo 4, é isso?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Isso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Qual é a freqüência desse tipo de verificação de pista que o senhor faz?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Poucas. Pouca, Deputado. Se eu fiz 4 vezes essa inspeção da pista, acho que foi isso aí.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quatro vezes?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Quatro vezes.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Durante todo o teu trabalho na INFRAERO. Quanto tempo? Quantos anos?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Quatro anos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Durante 4 anos, o senhor fez 4 vezes inspeção de pista molhada.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Mas eu comecei a fazer agora, Deputado, depois...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Tudo bem. Até o dia do acidente, eram 4 vezes apenas que o senhor tinha feito verificação de pista.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Positivo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bem. O senhor já respondeu que não fez nenhum treinamento específico para isso.

Outra coisa, quem é que designou o senhor para fazer essa inspeção?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - O pessoal saiu de férias e nosso coordenador perguntou: "*Você gostaria de ficar...*"



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quem é?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - O Enildo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O Enildo é o coordenador?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Isso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Foi ele que destacou o senhor para fazer isso?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Isso. Ele perguntou para mim, falou: *“Molina, você gostaria de ficar no lugar do Bravo 4, aí, enquanto ele estiver de férias?”* Falei: *“Para mim não tem problema nenhum, fico”*.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito bem. Não caberia à INFRAERO indicar mais experiente para fazer esse tipo de verificação, no lugar do Bravo 4. Existe outra pessoa para fazer isso ou não? Um substituto que tenha experiência, mais tempo, para esse tipo de trabalho?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - É... como é que eu vou dizer... É hierarquia, não é, Deputado? O pessoal mais velho vai assumindo essa posição de Bravo 4, que é mais velho, tem algum conhecimento a mais, um pouco de conhecimento a mais, ele vai assumindo essa posição. Então, a gente vai assumindo férias, quando falta a gente assume esse posto; na hora da janta, o Bravo 4 vai sair para jantar, então a gente assume, fica aquela hora ali, e com isso nós vamos pegando os conhecimentos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quer dizer, não tinha um substituto já com mais experiência para poder fazer o trabalho que ele fazia?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, não tinha.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então, o senhor que era escalado para fazer isso nas últimas 4 vezes antes do acidente, é isso?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Isso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito bem. Eu queria perguntar então ao Dr. Esdras. Por favor, Dr. Esdras, o senhor podia tomar conhecimento dessa instrução? *(Pausa.)* É essa a instrução que o senhor tinha conhecimento?

O SR. ESDRAS BARROS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não é essa?

O SR. ESDRAS BARROS - Não.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Qual é a instrução, Sr. Esdras, por favor?

O SR. ESDRAS BARROS - É a instrução sobre as informações, sobre os parâmetros e procedimentos para operação da pista...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E não diz pista molhada nessa sua instrução?

O SR. ESDRAS BARROS - Aqui diz...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Qual é a....

O SR. ESDRAS BARROS - O senhor conhece? É o Ofício nº 1 que foi encaminhado à INFRAERO, são parâmetros e procedimentos para avaliação das condições da pista 17 Romeu, 35 Lima do Aeroporto de Congonhas, em caso de...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Essa é a instrução que o senhor usava para poder orientar a fiscalização?

O SR. ESDRAS BARROS - De qualquer forma, dizer mais uma vez ao senhor que não é a minha atribuição essa atividade, tá?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor tem a data aí dessa instrução?

O SR. ESDRAS BARROS - Tenho. Na realidade, esse ofício foi encaminhado para a INFRAERO, o Ofício nº 1, em 25 de janeiro.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pode deixar uma cópia conosco desse ofício?

O SR. ESDRAS BARROS - Sem dúvida, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu podia ter acesso, por favor. Secretário, se puder, por gentileza. Sr. Secretário!

Deixa eu fazer mais uma pergunta.

O SR. ESDRAS BARROS - Pois não, Excelência.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É 25 de janeiro de?

O SR. ESDRAS BARROS - De 2007.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - De 2007. Sr. Esdras, o senhor disse aí aquelas 4 fases da pista: seca, úmida, molhada e encharcada.

O SR. ESDRAS BARROS - Pois não.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor viu o vídeo, o senhor teve acesso ao vídeo que mostra o momento em que a aeronave da Gol descia no aeroporto?

O SR. ESDRAS BARROS - Da TAM. Não, da TAM.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Perdão, da TAM. O senhor teve contato?

O SR. ESDRAS BARROS - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Esse vídeo foi divulgado muito grande, muito fortemente aí pela mídia, eu tive acesso a esse vídeo também lá na INFRAERO. O senhor se lembra um pouco do momento em que essa aeronave pousa, que ela joga água para todo lado, o senhor chegou a perceber isso?

O SR. ESDRAS BARROS - Percebi.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Em que condições o senhor acha que aquela aeronave pousou? O senhor não acha que poderia ter aumentado o volume de água na pista depois da sua inspeção?

O SR. ESDRAS BARROS - Eu não... Olha...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Porque, olha, aquela imagem... Eu não sei, posso estar enganado, aí é uma convicção pessoal minha.

O SR. ESDRAS BARROS - Claro.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Aquela imagem mostra o momento do pouso da aeronave com muita água na pista, jogando água, inclusive dando impressão de um carro quando entra numa pista molhada e joga água para os lados. É um pouco aquela cena. Eu até pedi para pedir o vídeo para mostrar aqui...

O SR. ESDRAS BARROS - Eu já conheço.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor conhece, então não há necessidade. Aquele momento para mim foi um momento importante nesse processo todo aí. E essa aeronave joga muita água. O senhor não acha que poderia ter acontecido — apenas uma opinião pessoal sua — dessa pista sair do molhado para encharcado, em função daquele momento em que o senhor presenciou a aeronave descendo na pista?



O SR. ESDRAS BARROS - No momento em que aeronave estava pousando, eu não estava no aeroporto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Mas o senhor viu o vídeo?

O SR. ESDRAS BARROS - Eu vi o vídeo. Ela realmente levanta um *spray*, é um *spray*...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Isso, um *spray* de água.

O SR. ESDRAS BARROS - Então? E aquilo é uma pista molhada. Agora, a quantidade de chuva que estava tendo, as precipitações que estavam durante o dia não, pelo menos uma.... (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pode dizer, pois não.

O SR. ESDRAS BARROS - Não demonstram que estava chovendo forte. Não demonstram.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor estava naquele dia, Sr. Agnaldo?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - No dia do acidente?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É, do acidente.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Estava.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor viu esse fato?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - O vídeo?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Eu vi.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pessoalmente, não viu?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, pessoalmente, não, porque eu estava longe. E pousa muita aeronave ali, Deputado, e a gente acaba não prestando muita atenção.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito bem, pelo vídeo que o senhor viu, como é que o senhor acha... qual é a sua avaliação sobre as circunstâncias em que aquela aeronave pousou na pista?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Olha, Deputado, eu vou falar do *spray* da água...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - ...mas sem uma base técnica.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Tudo bem.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - O *spray* da água para mim...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Estava chovendo na água, naquele momento?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Estava chovendo pouco.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sei. Mas poderia ter havido... A falta de *grooving* na pista, poderia ter levado nesse tempo à possibilidade de... Pelo *spray* que o senhor viu do vídeo, que levanta água no momento em que a aeronave desce, isso poderia ter alcançado um volume de água que chegasse à pista encharcada?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Não, não tem condições não, Deputado, de chegar a um nível maior de água do que foi visto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sei.

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Aquele *spray*, ele foi levantado por causa do reverso da aeronave, que ele sempre... Pista molhada, se vai decolar, vai levantar o *spray* e se ele pousa, também o *spray*, ele levanta, porque o reverso puxa a água. Eu não sei como é que funciona.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Numa pista encharca qual é a circunstância que essa aeronave desse? Esse *spray* acontece do mesmo jeito?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Acontece também.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É muito parecido ou é diferente?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - É parecido.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Parecido?

O SR. AGNALDO MOLINA ESTEVES - Parecido.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bom. Sr. Presidente, eu estou satisfeito com as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, nobre Deputado Vanderlei Macris.

Então, vamos agradecer aos 2 depoentes de hoje, o Sr. Esdras e o Sr. Molina, e dizer que esta CPI está satisfeita com seus depoimentos, que foram claros, trouxeram as informações necessárias à CPI concernentes ao mister de S.Sas. lá na INFRAERO. Quero agradecer a presença de V.Sas. mais uma vez e



mais uma vez pedir desculpas, aqui, em nome da companhia, por ter feito V.Sas. terem-se deslocado de São Paulo na semana passada e não terem podido dar os seus depoimentos.

Eu gostaria de comunicar aos Srs. Parlamentares que nós estamos programando para amanhã, às 9h — e vou pedir a sugestão de V.Exas. — a apreciação de requerimentos. Eu vou justificar. É porque nós temos muitos requerimentos para serem aprovados. Não aprovamos quase nada hoje. E nós precisamos desses requerimentos aprovadas para poder fazer a nossa pauta futura. Senão nós vamos ficar muito restritos ao que foi aprovado no passado. Isso está criando enorme dificuldade para elaborar a pauta. E vamos convocar para prestar depoimento, amanhã, a Sra. Alaíde Avelar Freire Sant'Anna, que é Ouvidora da ANAC. Mas tentamos entrar em contato com ela, hoje, à tarde, e não foi possível. Então, nós vamos marcar, hoje, preliminarmente, e, se ela for contatada, se conseguirmos contatá-la e ela puder vir, amanhã, porque eles têm um prazo de 48 horas para comparecer ou não, então, ela poderia vir, amanhã.

Então, nós vamos marcar a apreciação de requerimentos, amanhã, às 9h, e vamos marcar essa oitiva da Ouvidora da ANAC para às 11h. Por que essa coisa tão imprensada? É porque o Sr. Relator, Deputado Marco Maia, vem solicitando desta Presidência um espaço, um tempo para que ele possa se reunir com a assessoria, e ele quer fazer isso, amanhã, à tarde. Então, fica marcado amanhã, às 9h, a apreciação de requerimentos e...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Efraim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - A agenda provavelmente da semana que vem ainda não está ocupada, ou já está?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, não está.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Por que não passaria a Ouvidora para terça-feira e deixaria todo o dia, amanhã, depois da apreciação dos requerimentos, disponível ao Relator Marco Maia? Porque se se tem um depoimento previsto para às 11h, e um depoimento polêmico, como pretende ser, ou como promete ser o da Ouvidora da ANAC, isso tomará tomara toda tarde e, mais uma vez, ficará



prejudicado o trabalho do Relator. Então, como os Democratas sempre tem feito e contribuído com o trabalho do Relator Marco Maia — e o Deputado Vic Pires apóia — poderíamos já deixar definido o depoimento dela para terça-feira, e não ficaríamos nessa insegurança sobre se ela vem ou não vem. Até porque, amanhã, V.Exa. poderia dar a agenda definitiva para a terça e não ficar na expectativa de provavelmente, ou possivelmente às 11 horas.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Para avaliação também de V.Exa.: sobre convocação do Sr. Gilberto Schittini, em um requerimento que nós apresentamos, foi feito, se seria possível já marcar a presença dele para esse depoimento também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Na próxima semana.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Talvez, ou amanhã, se faltar alguém ou, então, na próxima semana.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Ele é do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Ah, é do Rio de Janeiro? Então, tudo bem, na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, o Schittini e a Ouvidora para a próxima semana é a proposta do Deputado Efraim Filho. Eu gostaria de ouvir o nobre Relator, Deputado Marco Maia.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Essa idéia de fazer a convocação para amanhã é no sentido de nós irmos adiantando os depoimentos. Nós já podemos produzir, amanhã, um depoimento desses que foram aprovados no dia de hoje. Agora, nós precisamos votar os requerimentos, porque muitos dos requerimentos que temos, importantes, para serem analisados são depoimentos de requerimentos que ainda não foram aprovados. Então, eu diria que o mais importante, de fato é nós termos amanhã a votação dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Poderia deixar o tempo restante para que V.Exa. possa adiantar o trabalho de preparação do relatório...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Fica a critério de V.Exa., Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - ...ficando confirmado para terça-feira os depoimentos propostas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Gustavo Fruet com a palavra.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, me permita só uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Só que chamar a atenção dos Parlamentares de que está havendo votação nominal.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas só para entender, porque eu perguntei da instrução ao Deputado Macris. Nós pegamos a cópia, é um documento enviado pela ANAC para a INFRAERO, dia 25 de janeiro. Então, pergunto, só para o senhor nos ajudar a entender o que significa o disposto no Item 2.4, que afirma: *“Independente das informações transmitidas pela AAL, a TWR”* — em São Paulo, a torre, não é? — *“deverá suspender as operações para inspeção de pista, imediatamente após receber informe de qualquer aeronave sobre dificuldades ou controle direcional durante operação de pouso ou decolagem que possam estar relacionadas com a presença de água na pista”*.

Ou seja, os alertas feitos pelos comandantes na véspera e no dia não indicavam a possibilidade de se constatar — e, aqui, fala de forma abrangente, *“presença de água”*, não especifica se é encharcado, se é acúmulo, se é poça; fala em presença de água — a suspensão das operações.

O SR. ESDRAS BARROS - É claro que aí descrito como molhado, mas o parâmetro que a gente utiliza é o parâmetro que esta dentro do documento, que é pista seca, pista úmida, pista molhada. Este é o parâmetro que a gente utiliza. E a AAL, para conhecimento do V.Exa., é Administração Aeroportuária Local.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Está bem. É que aqui só fala em presença de água na pista e na seqüência...

O SR. ESDRAS BARROS - É que na realidade, existem os parâmetros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, nós vamos manter o deliberado. Vamos encerrar, então, a nossa sessão, mas antes convocando reunião, amanhã, para às 9h, no Plenário 9, Anexo II, para apreciação de requerimentos, e às 11h para...



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Manteve? Mas não foi consenso aqui, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, não foi não.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Quem foi contra, V.Exa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - É, porque só V.Exa. é que se pronunciou contra, porque o Gustavo Fruet, o Vic e Relator concordaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O Deputado Marco Maia foi para um lado, foi para o outro, mas não confirmou essa observação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Presidente, até para os Deputados, Excelência, marcar uma audiência de um dia para outro...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Ela já confirmou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Até porque a gente precisa de um tempo...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Nós podemos até entrar com um recurso para...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - ...para poder preparar...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Para poder preparar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro, exato.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Nós temos assessoria e não pode ser de um dia para o outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vai ficar a critério dela, se conseguirmos falar com ela, porque ela... Até faz 1 hora, mais ou menos, que a gente procura e não consegue parar. Mas conseguindo... Porque é para a gente ganhar tempo. Nós temos poucas audiências. Se nós perdemos o dia de amanhã vai ficar menos ainda, e um depoimento importante esse. Então, fica, então...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Por isso mesmo que era para ser terça-feira. Nós vamos ter que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Em princípio marcado para às 11h da manhã.



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - V.Exa. está retirando de nós a possibilidade de preparar — a assessoria — questionamentos pertinentes à Ouvidora, Presidente. (*Risos*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não é a intenção... (*Risos*)
Para tomada de depoimento da Sra. Alaíde Freire Sant'Anna, Ouvidora da ANAC.
Sendo assim, declaro encerrada a reunião.